



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS

Coletivo CETAS de Pesquisadores



DIÓGENES RABELLO

CAMPESINATO E AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA:
OS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA



Presidente Prudente
Outubro de 2014

Foto da capa:

Atividade realizada na Oficina: *“Cartografia Social: entre a pesquisa-ação e as experiências críticas de mapeamento”*, durante a XV Jornada do Trabalho – UNICENTRO/Guarapuava-PR.

Autoria: Diógenes Rabello e Sidney Cássio Todescato Leal

Créditos: João Paulo de Oliveira Pimenta

DIÓGENES RABELLO

**CAMPESINATO E AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA:
OS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em
Geografia, da Faculdade de
Ciências e Tecnologia (FCT),
da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” (UNESP), *campus* de
Presidente Prudente, como
requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharel
em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

**Presidente Prudente
Outubro de 2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

R114c Rabello, Diógenes.
Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema:
os desafios para a transição agroecológica / Diógenes Rabello. - Presidente
Prudente : [s.n], 2014.
105 f. : il.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Trabalho de conclusão (Bacharelado - Geografia) - Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Agroecologia. 2. Campesinato. 3. Agrohidronegócio. 4. Pontal do
Paranapanema I. Thomaz Júnior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

DIÓGENES RABELLO

**CAMPESINATO E AGROHIDRONEGÓCIO
CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA:
OS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologias/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Campus de Presidente Prudente, submetida à aprovação da banca avaliadora composta pelos seguintes nomes:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (Orientador)

Profa. Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

Profa. Ms. Maria Joseli Barreto

Presidente Prudente
Outubro de 2014

À família;
Aos trabalhadores e trabalhadoras do campo;
Aos companheiros de luta pela Reforma Agrária
Aos amigos do Coletivo CEGeT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo o que tem feito, e tudo o que vai fazer.

Agradeço aos meus pais (Severino e Sandra), meus irmãos (Diego, Deisy, Douglas e Dalila) e a todos os familiares, por tudo o suporte que me deram. Por terem acreditado nisso, e torceram para que eu chegasse até aqui, pela hospedagem nas noites corridas, pela grana emprestada e tudo mais. Vocês foram a força, o incentivo e o carinho necessário.

Agradeço às famílias camponesas que nos acompanharam durante esta pesquisa e que foram parte fundamental dela. Hoje não os vejo mais apenas como sujeitos da pesquisa, os vejo como exemplo de vida e trabalho, de luta e de resistência.

Agradeço ao orientador e professor (no sentido absoluto da palavra) Antonio Thomaz Júnior, por ter me conduzido no universo da academia e por ter confiado este trabalho à mim.

Agradeço imensamente à Sônia pelo carisma e companheirismo e à Jô, exemplo de dedicação e comprometimento com o trabalho. Agradeço por comporem a banca de avaliação desta monografia, e por terem aceitado o desafio de ler este trabalho em tempo recorde tendo a sensibilidade de entender as minhas necessidades. De coração, muito obrigado.

Agradeço aos colegas que me acompanharam durante a graduação (53ª Turma de Geografia), especialmente àqueles que se tornaram amigos/irmãos: Hellen, Welder, Jayna, Daiane, Michele, Fernando, Dárcia, Roberta, Flaviane e Hiago. Especialmente à Carolina Karol (única pessoa no mundo com dois nomes iguais) obrigado pelo apoio sempre, pela confiança, carinho, desabafos e por acreditar em mim. Agradeço aos companheiros que lutam/militam no Movimento Estudantil da FCT/UNESP, nas pessoas do Washington, Giuglianna, Franciele, Laís e Rodolfo, que tem a coragem e a consciência de que a Universidade deve ser para todos, e lutam bravamente neste sentido.

Agradeço a todos os amigos do CEGeT que é o coletivo mais completo, mais diverso e mais sociável que eu conheço. De forma especial, ao Sidney que ajudou na realização desta pesquisa, pela leitura crítica da monografia (bem crítica), por ceder a frase da epígrafe e por compartilhar momentos de grandes ensinamentos durante a construção desta pesquisa. Ao Thiago (bora lá?) e a Larissa (gente, somos todos estudantes!!!), que não negaram esforços na leitura e correção do trabalho, pela ajuda

com os mapas e por cederem a residência para as nossas experiências gastronômicas (comprovadamente todas elas deram certo). Ao Tássio, o baiano mais baiano que existe, exímio cordelista, sujeito de identidade inquebrável, que me fez conhecer a Bahia através de seus casos e causos. Dayane, arquivista do CEMOSi, por toda ajuda e pela contribuição na revisão da normalização da monografia. E um destaque para “Dinossauros” do CEGeT: Marcelo Carvalhal, Marcelo Mendonça, Maria Franco, Jorge Montenegro e Atamis Foschiera, pessoas que tornam os momentos de conversas informais em grandes aulas, e pelas contribuições que deram a partir de seus trabalhos, que hoje servem de exemplo para todos nós ingressantes na vida acadêmica.

De forma muito especial ao grande amigo José Dourado, o baiano/goiano/paulista/amazonense mais competente que conheço. Obrigado por todo o aprendizado que tive com você, pela confiança (que é mútua), pelas orientações e por ajudar na realização de um dos meus sonhos: conhecer o Amazonas.

Agradeço aos amigos que conheci pelos corredores da UNESP, grupos de pesquisa, rodas de conversa e demais espaços: Carlos Alberto Feliciano, professor querido de competência sem igual. Ana Paula Novais Pires, uma pessoa que se tivesse o coração um pouco maior precisaríamos de outra galáxia para colocá-lo. Ao Elivelton Fonseca da Silva, por sua paciência em tentar me ensinar cartografia. Ao Rafael de Melo Monteiro, Frederico Gambardela de Moraes, Lara Cardoso Dalperio, Patrícia Matsumoto e Claudinei da Silva.

Ao Isac Newton, Delwek Júnior e Janes Pâmela que cumpuseram a equipe que trabalhou arduamente no projeto do qual resultou esta monografia.

À Tamae pela ajuda com as burocracias dos órgãos de fomento. À Flávia, pela prontidão em ajudar com as questões burocráticas da graduação. À Claudia, telefonista da UNESP que já salvou muitos trabalhos nossos, sem sua contribuição muito trabalho seria prejudicado. Ao Oscar, motorista da UNESP que nos conduziu na maioria das viagens de trabalho de campo que fizemos ao longo da graduação.

Agradeço aos companheiros e companheiras educandos e coordenadores do Curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos, pelos ricos momentos de vivências e aprendizados, e por cederem um espaço do curso para a defesa desta monografia.

Agradeço ao Rogério e ao Rubens, motoristas da Prefeitura Municipal de Sandovalina, que sempre ajudaram com as caronas que permitiam o meu deslocamento de Sandovalina para Prudente.

Agradeço à Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, instituição onde estou concluindo esta graduação.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro para a pesquisa.

Com toda certeza cada um de vocês tem parte nesta monografia. Obrigado por tudo.

*Se os camponeses mesmo com todas as dificuldades
já produzem 70% dos nossos alimentos,
imagina se eles não tivessem tantas dificuldades.
(Sidney Cássio Todescato Leal)*

CAMPESINATO E AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA: OS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

RESUMO

Esta monografia surge com o intuito de promover uma discussão em torno da uso e das formas de trabalho com a terra. Para isso, apresentamos o cenário de conflito instaurado no Pontal do Paranapanema entre o campesinato e o agrohidronegócio. O Pontal do Paranapanema é um território marcado por conflitos agrários e fundiários, originados pela ocupação ilegal das terras por parte dos grileiros, pela dizimação/expropriação dos indígenas, e pelo desmatamento e devastação ambiental. Este conflito está representado nos dias de hoje pelas empresas de capital agroindustrial canavieiro de um lado, e pelos camponeses de outro. A expansão do agrohidronegócio ocorre com força a partir de 2005, por conta, sobretudo, da mudança da matriz energética do país e dos incentivos do Estado com o forte impulso na produção de veículos *flex-fuel*. Os assentamentos rurais de Reforma Agrária, viabilizados pelo estado sob pressão dos Movimentos Sociais, se espacializam em 16 municípios com um total de 112 assentamentos, ocupando uma área de 139.682 hectares, assentando 5.892 famílias. Estas famílias tem visto suas possibilidades de reprodução social suprimidas cada vez mais pelo avanço do agrohidronegócio canavieiro na região, que sufoca os espaços de vida e trabalho destes camponeses. Frente à isso, a agroecologia surge como uma alternativa para esses trabalhadores assegurarem suas possibilidades de reprodução. A agroecologia surge, também, como uma proposta de enfrentamento ao modelo agroindustrial, agregando elementos de ordem ambiental, como por exemplo, a erradicação do uso de agrotóxicos e considerando a própria dinâmica da natureza para promover a agricultura, e de ordem social, contribuindo com a Soberania Alimentar e com a produção de alimentos saudáveis e em diversidade para a população. No Pontal do Paranapanema, os camponeses têm encontrado no avanço do capital agroindustrial canavieiro o maior gargalo para uma transição agroecológica efetiva.

Palavras-chave: Pontal do Paranapanema. Campesinato. Agrohidronegócio. Agroecologia. Disputa territorial.

PEASANTRY IS AGROHIDRONEGÓCIO SUGARCANE IN THE PONTAL: CHALLENGES FOR THE TRANSITION AGROECOLOGICAL

ABSTRACT

This paper appears in order to promote a discussion on the use and ways of working with the land. For this, we present a scenario of conflict initiated in *Pontal do Paranapanema*, São Paulo, Brazil, between the peasantry and the *agrohidronegócio*. The Pontal is a territory marked by agrarian and land conflicts, originated by the illegal occupation of land by the squatters, the decimation / expropriation of indigenous, and deforestation and environmental devastation. This conflict is represented today by the sugarcane agro-industrial capital companies on one side, and the other peasants. The expansion occurs *agrohidronegócio* strongly from 2005, due mainly to the change in the energy matrix of the country and state incentives with strong momentum in the production of flex-fuel vehicles. Rural agrarian reform settlements, made possible by the state under pressure from social movements, are spatialized in 16 municipalities with a total of 112 settlements, occupying an area of 139. 682 hectares, seating 5. 892 families. These families have seen their possibilities of social reproduction increasingly suppressed by the advance of sugarcane *agrohidronegócio* in the region, which suffocates the living spaces and work of these peasants. Front of it, agroecology is an alternative for these workers to ensure their reproductive possibilities. Agroecology also arises as a means of confronting agribusiness model, adding elements to the environment, such as the eradication of the use of pesticides and considering the dynamics of nature to promote agriculture, and social order, contributing food sovereignty and the production of healthy food and diversity to the population. In the Pontal, farmers have encountered in advancing the sugarcane agro-industrial capital the biggest bottleneck for effective agroecological transition.

Keywords: *Pontal do Paranapanema*. Peasantry. *Agrohidronegócio*. Agroecology. Territorial dispute.

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1:	Trabalho de Campo no Assentamento Paulo Freire.....	24
Foto 2:	Entrevista junto às lideranças do MST no Assentamento São Bento.....	24
Foto 3:	Propaganda sobre plantio de árvores – UMOE Bioenergy – Sandovalina....	37
Foto 4:	Programa “Atleta do Futuro – SESI” – parceria Umoe Bioenergy e Prefeitura Municipal de Sandovalina.....	38
Foto 5:	Sistema Agroflorestal (SAF) no Assentamento Guarani.....	72
Foto 6:	Café produzido no SAF no Assentamento Guarani.....	72
Foto 7:	Horta orgânica do Assentamento São Bento.....	73
Foto 8:	Produto orgânico para controle da pragas.....	73
Foto 9:	Plantação do berinjela orgânica no Assentamento Margarida Alves.....	74
Foto 10:	Esterco bovino para adubação orgânica.....	75
Foto 11:	Horta comunitária da AAMA no Assentamento Margarida Alves.....	75
Foto 12:	Doce de leite com morango produzido pelas mulhres da AAMA.....	76
Foto 13:	Horta coletiva no Assentamento Paulo Freire.....	77
Foto 14:	Pecuária leiteira no Assentamento Paulo Freire.....	77
Foto 15:	Divisa entre o Assentamento Paulo Freire e a lavoura de cana-de-açúcar....	79
Foto 16:	Avião pulverizando agrotóxico na cana-de-açúcar em Sandovalina (2012)..	80

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1:	Reservas Florestais criadas entre 1941 e 1942 no Pontal do Paranapanema/SP.....	33
Figura 2:	Cartaz da Campanha Contra o uso de Agrotóxicos.....	56

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1:	Localização do Pontal do Paranapanema/SP e dos Assentamentos da pesquisa.....	19
Mapa 2:	Expansão das lavouras de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2002 – 2013) e os assentamentos objeto da pesquisa.....	36
Mapa 3:	Espacialização dos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema.....	42

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1:	Produção de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2003 – 2014)....	35
------------------	--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Oficinas oferecidas no âmbito do Edital 58.....	25
Quadro 2:	Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema: quantidade, número de famílias e área ocupada.....	41
Quadro 3:	Composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO.....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Uso das terras nos assentamentos estudados (2013).....	67
Gráfico 2:	Formas de adubação nas atividades agrícolas camponesas nos assentamentos estudados.....	68
Gráfico 3:	Tipos de produtos utilizados no controle de pragas.....	69
Gráfico 4:	Formas de aquisição de terras pelos camponeses assentados nos assentamentos estudados.....	70

LISTA DE SIGLAS

AAMA – Associação dos Assentados do Margarida Alves
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPRI – Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva
COTUCA – Colégio Técnico de Campinas - UNICAMP
CVT/SP – Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica – São Paulo
ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCA/UNESP – Faculdade de Ciências Agrônômicas – Universidade Estadual Paulista
FCT/UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ – Instituto de Pesquisa Ecológicas
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP – Movimento Camponês Popular
MCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
SAF – Sistema Agroflorestal
SAF-MDA – Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário
SESI – Serviço Social da Indústria

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUS – Sistema Único de Saúde

TRAMAS – Grupo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. PERCORRENDO ESTRADAS E CONSTRUINDO CAMINHOS: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	22
CAPÍTULO 2. A HISTÓRIA E SUAS TRAMAS: DA TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO PONTAL DO PARANAPANEMA À ATUAL CONJUNTURA AGRÁRIA.....	28
2.1 O conflito como elemento fundante no processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema.....	30
2.2 A presença do Agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.....	34
2.3 Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema.....	39
CAPÍTULO 3. AGROECOLOGIA: ABORDAGENS TEÓRICAS E DISCUSSÕES.....	45
3.1 Elementos para pensar a agroecologia.....	51
3.1.1 <i>Modernização da agricultura.....</i>	<i>51</i>
3.1.2 <i>A problemática dos agrotóxicos e os impactos para o meio ambiente e para a saúde..</i>	<i>54</i>
3.1.3 <i>Soberania Alimentar e Segurança Alimentar.....</i>	<i>57</i>
3.1.4 <i>A questão das políticas públicas no Pontal do Paranapanema.....</i>	<i>59</i>
CAPÍTULO 4. REPRODUÇÃO CAMPONESA, FORMAS DE RESISTÊNCIA E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA.....	65
4.1 Dificuldades para a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	92

APRESENTAÇÃO

Este trabalho monográfico surge das reflexões suscitadas pelos trabalhos realizados no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), coordenado pelo professor Antonio Thomaz Junior¹, que enquanto identidade fundante analisar o conflito territorial e de classe.

Diversos foram e ainda são os acúmulos que resultaram nesse trabalho, primeiramente pela pesquisa intitulada **“Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema/SP”** (Chamada 58/2010 SAF-MDA/CNPq), um projeto coletivo construído e desenvolvido por uma equipe composta por quatro alunos de graduação, uma assentada da Reforma Agrária, um doutorando e coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, concluída em outubro de 2013. Mais recentemente as contribuições da pesquisa **“Dinâmica Geográfica da expansão das atividades agrícolas da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e os desafios para as práticas agroecológicas”**, vinculada ao Projeto “Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica – CVT/SP: Integrando ações de Ensino, Pesquisa e Extensão”, (Chamada 81/2013 MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq) coordenada pelo Prof. Dr. Lin Chau Ming (FCA/UNESP). Somam-se, ainda, as contribuições advindas do Projeto Temático **“Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e água, e a saúde ambiental”** (Processo FAPESP Nº. 2012/23959-9), sob coordenação do professor Antonio Thomaz Junior.

As motivações que nos animam a adentrar no universo desta pesquisa surgem em dois momentos. O primeiro, e mais marcante, da própria experiência de vida com a realidade que ora está sendo estudada e o segundo quando ingressamos no curso de Graduação em Geografia.

Filho de camponeses que experimentou durante toda a vida as dificuldades que estes sujeitos enfrentam no dia-a-dia, nunca havia me reportado para estes problemas de forma que nem mesmo me questionava em qual contexto e por quais vias esses problemas surgem e como se deram os desdobramentos na minha própria família. Parecia assitir uma história na qual eu me via dentro dela, mas nem se quer entendia qual o meu papel, talvez pela imaturidade psicológica ou intelectual, ou não ser essa a

¹ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente.

minha maior preocupação no momento. O motivo não o sei, mas tenho claro que esta questão ainda paira sobre minhas reflexões cotidianas.

Ao ingressar no curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), sequer sabia quais eram as minhas perspectivas para esse curso, talvez porque não me fora dada opção de escolha do que eu “queria ser quando crescer”. Nesse momento o que me cercava eram discursos como: “filho de assentados não pode entrar na faculdade”, “glebeiro tem que trabalhar na roça, ajudar o pai, porque não consegue entrar na faculdade”. Não que estas falas tenham me desanimado para seguir o caminho, mas elas até que poderiam ser sustentadas pela realidade imposta, pois um jovem que acorda às 06h00 para trabalhar com a família no lote e dá uma pausa às 10h00 porque é obrigado a sair da sua casa para se deslocar até a cidade, onde está localizada a escola, para retornar à sua residência às 19h00, e continuar o trabalho com a família, e além disso não pode receber o melhor do ensino público, este jovem não tem muitas condições de criar expectativas para cursar um curso universitário em uma instituição pública, já que esse acesso é para poucos, é elitizado e seletivo.

Embora a opção que me direcionava a tentar chances neste universo dos estudos fosse a Geografia, eu não tinha dimensão do que ela me possibilitaria na condição de protagonista da realidade na qual eu estava inserido, e aos poucos fui descobrindo uma maneira que poderia ajudar-me a compreender aqueles problemas que me incomodavam. E a Geografia me trouxe até aqui, nesta fase de conclusão do curso de Graduação. E, claro, não poderia deixar de fazer uma ressalva no sentido de dizer que contrariando aquele consenso de que filho de camponês não pode ter uma formação acadêmica de qualidade, já é realidade filhos de camponeses se tornando Geógrafos, Professores, Médicos, Advogados, entre outros. Destaque para a luta dos movimentos sociais do campo que têm atuado no sentido de contribuir para esse processo de formação.

Essa formação pela qual eu passei me possibilita hoje olhar para a realidade onde estou inserido e afirmar que os problemas que enfrentamos têm uma gênese, têm protagonistas e estão inseridos num contexto específico. E este exercício de olhar criticamente para esta realidade me faz entender que o capitalismo no campo gera conflito, gera desigualdade, privilegia alguns grupos seletos em detrimento da maioria, e na contramão, a agroecologia pode contribuir para o enfrentamento do agrohídronegócio, guiado pelo seu papel destrutivo nas searas política, social e ambiental, sendo, pois, essa a discussão central deste trabalho.

INTRODUÇÃO

O agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento rural para o campo é conduzido por empresas oligopolistas transnacionais, tendo como característica o alto grau de degradação e controle dos recursos naturais, sendo socialmente excludente. Baseia-se em um modelo de economia voltado a atender apenas as demandas econômicas do mercado externo e não as demandas alimentares e sociais das quais ainda carecemos. Sendo um conjunto de empresas organizadas em âmbito internacional volta suas atividades para os processos de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos agrícolas com vistas a atender o mercado internacional, cujo os produtos são chamados de *commodities*. Ademais, são características do agrohídronegócio: concentração fundiária; controle dos recursos naturais, hídricos e das sementes; exploração das forças de trabalho; monoculturas; biotecnologia e transgenia; uso irracional de agrotóxicos e agroquímicos.

Contrapondo este modelo de desenvolvimento, o campesinato se fundamenta no trabalho familiar, e busca a autonomia baseada no tripé propriedade, trabalho e família. Os territórios camponeses de produção se distinguem dos territórios de produção capitalista, pois nestes os sujeitos se preocupam com reprodução da família, que caracteriza-se primeiramente para fins de consumo, reprodução social e possibilidades de trabalho. Destacamos ainda, que o campesinato é uma forma mais natural e mais tradicional de trabalhar com a terra e que cumpre com a função social da terra, no que tange à produção de alimentos.

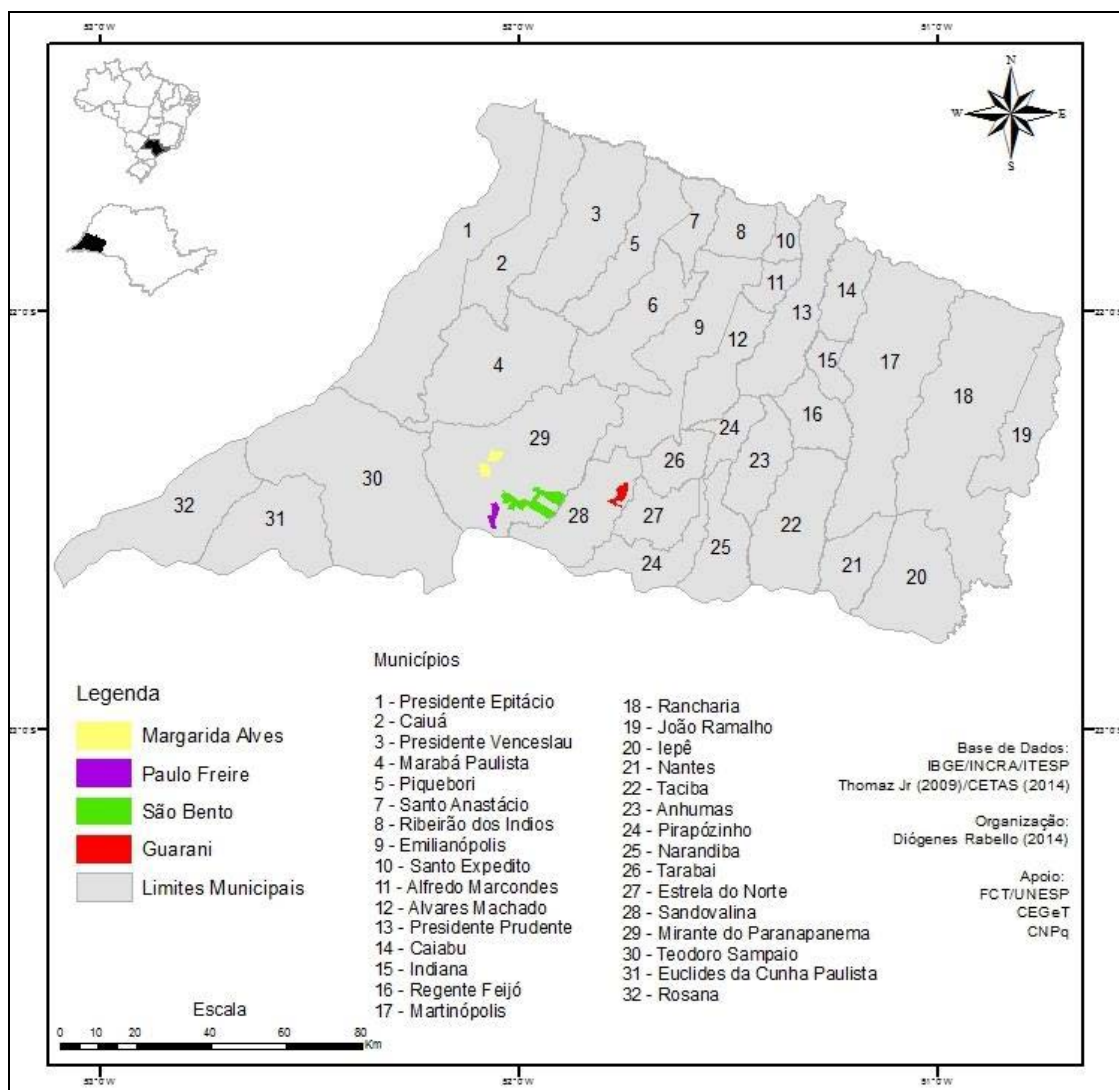
A agroecologia é entendida sob uma nova perspectiva de desenvolvimento para o campo, que deixa de se apresentar como mais uma alternativa pautada unicamente nas dimensões ecológicas da agricultura camponesa e passa a incorporar e ampliar a relação entre a agricultura, o meio ambiente, as dimensões sociais, as econômicas, as políticas e as culturais. Nos últimos anos as atividades do agrohídronegócio canavieiro tem expandido muito no Pontal do Paranapanema, sobretudo a partir de 2005, e com isso também tem aumentado o uso indiscriminado de agrotóxicos, que se apresenta como um problemas que se tornam empecilhos para o pequeno produtor produzir no modelo agroecológico, pois os assentamentos rurais estão cercados por estas monoculturas, e estas características vinculadas às práticas convencionais de uso de agrotóxicos, além de causar problemas para os produtores que atuam com a produção agroecológica, prejudica o ambiente colocando em risco a vida dos camponeses, e da população em geral, uma vez que produz alimentos contaminados.

É sob estes pressupostos que esta monografia está ancorada, nosso objetivo com este trabalho é entender como o cenário agrário atual do Pontal do Paranapanema interfere no modo de vida e nas formas de trabalho dos camponeses assentados da Reforma Agrária. Apresentando a agroecologia como uma alternativa de vida e de trabalho para estes camponeses e como uma proposta de enfrentamento ao modelo convencional de trabalho no campo.

Nossos estudos estão vinculados a um território marcado pelo conflito pelo acesso à terra que perdura desde o processo de ocupação, em meados do século XIX, até os dias atuais. O Pontal do Paranapanema está localizado no extremo Sudoeste do Estado de São Paulo, tendo o Rio Paranapanema perfazendo divisa com o Estado do Paraná ao Sul, e o Rio Paraná desenhando a linha limítrofe com o Estado do Mato Grosso do Sul, a Oeste, e o Rio do Peixe ao Norte, separando da Nova alta Paulista.

Nessa porção do território paulista, elegemos quatro assentamento rurais nos quais verticalizamos nossos estudos, ou seja: Assentamento Guarani (Sandovalina-SP), Assentamento São Bento (Mirante do Paranapanema), Assentamento Paulo Freire (Mirante do Paranapanema) e Assentamento Margarida Alves (Mirante do Paranapanema). Este recorte espacial foi definido porque os municípios de Sandovalina e Mirante do Paranapanema juntos, detém 37 assentamentos, ou 33% do total do Pontal, 1.744 famílias assentadas ou 29,6% das famílias assentadas e 39.487 ha de terras ocupadas com assentamentos rurais, representando 28,2% do total de terras ocupadas com assentamentos. Além disso, a partir de 2005 a região vem sendo alvo do avanço do agrohidronegócio canavieiro, alavancado sobretudo pela reestruturação produtiva no setor canavieiro vivida em escala nacional, onde o cenário apontava para a expansão da matriz energética e isso fez com que se buscasse novas áreas agricultáveis para a expansão das atividades do setor canavieiro. Em Sandovalina está instalada uma unidade agroindustrial canavieira, do grupo Umoe Bioenergy AS e em Mirante do Paranapanema a Conquista do Pontal, vinculada ao grupo Odebrecht, ambas são empresas do setor agroindustrial canavieiro. Este cenário foi o motivo que nos levou a delimitar este recorte espacial para a pesquisa (**Mapa 1**). Soma-se à isso, nosso interesse em adentrar ao universo das práticas de resistências dos camponeses no campo que tem sido desenvolvidas na esfera das suas possibilidades, e vivido o enfrentamento diário ao capital em suas diversas faces e, no nosso caso, com vigor, o capital agroindustrial canavieiro.

Mapa 1 – Localização do Pontal do Paranapanem/SP e dos assentamentos da pesquisa



Considerando que, para compreender como se dá as formas de reprodução dos camponeses não podemos vender nossos olhos para os conflitos que estes sujeitos enfrentam, e para propôr uma mudança nas formas de trabalho com a terra, a partir da agroecologia, devemos buscar apoio teórico para subsidiar nossa análise de quais as dificuldades e perspectivas da agroecologia como o Pontal do Paranapanema, apresentamos esta monografia estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo nos dedicamos em resgatar como foi construída a metodologia de trabalho que utilizamos para este estudo. Descrevemos os passos que adotamos para construir esse trabalho de pesquisa.

No segundo capítulo, nos debruçamos em descrever o cenário agrário instituído no Pontal do Paranapanema, sendo que para isso o dividimos em três seções. Na primeira resgatamos na literatura que aborda o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema. Na segunda descrevemos o processo da chegada do capital

agroindustrial canavieiro na região. E na terceira seção, voltamos as atenções para a presença dos assentamentos rurais na região.

No terceiro capítulo buscamos também na literatura o que se tem discutido sobre agroecologia. Nos apresentamos para discutir alguns conceitos e para debater alguns problemas e discussões em torno da agroecologia.

Finalmente, o quarto capítulo é produto do esforço de síntese e perpassa as discussões apresentadas nos capítulos dois e três, pois o intuito é de discutir as possibilidades, perspectivas e desafios para a agroecologia no Pontal do Paranapanema.

Pra não dizer que não falei das flores

Geraldo Vandré

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

[...]

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

[...]

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

[...]

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

[...]

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

CAPÍTULO 1

PERCORRENDO ESTRADAS E CONSTRUINDO CAMINHOS: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O exercício da pesquisa impõe ao pesquisador diversos desafios. Desafios estes que irão nortear suas ações no exercício da investigação da realidade. Desta forma, cabe à ele criar os caminhos pelos quais ele irá percorrer nessa seara, buscando a imersão no território da pesquisa e no universo da vivência do sujeito que está pesquisando. Conforme Pessoa (2012):

Ao fazer um paralelo dessa reflexão com a geografia verificamos que as rupturas epistemológicas foram importantes para repensar a realidade. O conhecimento produzido em cada momento histórico da ciência, como um todo, e da geografia de forma específica, estava ligado a todo um conjunto de valores, ideologias e concepções de homem e mundo (PESSOA, 2012, p. 8).

Percebe-se, assim, que a geografia surge como uma ciência que oferece muitas contribuições para este exercício de desvendar a realidade. O surgimento dos conceitos, temas e categorias dentro da geografia tem possibilitado ao pesquisador ir além da simples descrição, dando suporte para aprofundar nas suas investigações. Por outro lado, a ciência geográfica é construída sob a base da pesquisa, ações de investigação (sejam elas qualitativas ou quantitativas), sendo, pois, indispensáveis para a “leitura geográfica” da sociedade e suas relações (PESSOA, 2012).

A busca por conhecimento e a tentativa de desvelar aquilo que surge no âmago dos questionamentos de cada pesquisador é necessário que se construam mecanismos que o levará a alcançar tal êxito e, para isso, ele deve empenhar-se em desenvolver metodologias que o assegurem neste processo.

As metodologias e as formas como o pesquisador se adentra ao universo da pesquisa tem como pano de fundo a sua experiência de vida e sua concepção filosófica e política. Trilhando estes caminhos o pesquisador deve entender que sua imersão na pesquisa exigirá que ele, no mínimo, tenha condições de compreender a concepção filosófica e política dos sujeitos pesquisados, dentro do contexto histórico em que surgem e dentro do processo social em que estão e/ou são inseridos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos de diversos mecanismos metodológicos que nos direcionaram para a construção de uma pesquisa participante, entendendo, pois, que para apresentar uma proposta aos camponeses é necessário que conheçamos de fato a realidade na qual estão inseridos, seus desafios, perspectivas e conflitos enfrentados no dia-a-dia.

Assim sendo, a primeira fase da construção desta pesquisa foi buscar o suporte teórico sobre a temática em questão. Nossa leitura bibliográfica esteve voltada para entender a conceituação de agroecologia, quais são os temas que estão inseridos nela. As leituras nos levaram a entender a agroecologia como um contraponto ao modelo de desenvolvimento posto hoje para o campo, e como uma forma de vida e trabalho menos agressivo ao meio ambiente no campo que se preocupa com a produção de alimentos saudáveis².

Outra atividade desenvolvida durante a pesquisa foi a realização de trabalhos de campo (**Fotos 1 e 2**). Estes trabalhos de campo além de nos levar a conhecer a realidade de vida e de trabalho em que os sujeitos do campo estão inseridos, nos ajudaram também a ter uma maior inserção na sua dinâmica de trabalho. Isso nos possibilitou uma aproximação essencial para o sucesso do desenvolvimento das atividades, somando forças para pensar coletivamente os problemas enfrentados atualmente. Isso só foi possível porque a realização dos trabalhos de campo não se deu de modo puro e simplesmente a fim de coletar dados e informações. Ao contrário, os Trabalhos de Campo possibilitaram uma relação de proximidade e confiança com os sujeitos pesquisados, construindo espaços de vivência, espaços estes que nos trouxeram conhecimentos que nenhum dado secundário já sistematizado em tabela, gráfico ou mapa poderiam revelar.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTAGARAY, 2002, p. 94).

Além das informações necessárias para a concretização da pesquisa os trabalhos de campo se tornaram espaços de formação política e social que acrescentou no acúmulo de conhecimento, e essa complementação foi possível apenas quando fomos ao campo pois, é lá que suprimos as carências de informações que muitas vezes nos falta nos livros e nos bancos de dados. Os trabalhos de campo contribuíram ainda para que pudéssemos desenhar o caminho metodológico que teríamos que percorrer

² Sobre a discussão teórica da Agroecologia trataremos no Capítulo 4.

Foto 1 – Trabalho de Campo no Assentamento Paulo Freire



Autor: Delwek, 2012.

Foto 2 – Entrevista junto às lideranças do MST no Assentamento São Bento



Autor: Rabello, 2012.

A partir das observações realizadas em campo observando a realidade vivida por estes sujeitos, percebemos que teríamos que nos fundamentar em referenciais que nos possibilitassem contribuir de forma concreta para com os camponeses, sendo que a maneira que encontramos para fazê-lo foi a realização de oficinas (**Quadro 1**).

Quadro 1: Oficinas oferecidas no âmbito do Edital 58

OFICINA	PROPONENTE	LOCAL
Agroecologia e Mercado Institucional	Profa. Ana Terra Reis	Assentamento Guarani Assentamento Margarida Alves
Manejo Agroecológico de Pastagens	Prof. Dr. Jorge Luiz Fávaro	Assentamento Guarani Assentamento Che Guevara ³
Intoxicação e Contaminação através do uso de Agroquímicos nas atividades agrícolas: implicações para a saúde do trabalhador	Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto	Assentamento Che Guevara
Gestão de Cooperativas	Profa. Ana Terra Reis Adalberto de Oliveira	Assentamento São Bento
Experiências em Práticas Agroecológicas	Luiz Carlos Schmidt Bueno	Assentamento Paulo Freire Assentamento Guarani
Como conviver com as Práticas Agroecológicas em um ambiente não Agroecológico?	Prof. Dr. Ildeberto Muniz dde Almeida Profa. Dra. Sueli Terezinha Ferreira Martins	Assentamento Paulo Freire Assentamento Guarani

Fonte: Edital 58/2010

Org.: Rabello, 2014.

As oficinas nos permitiram experimentar algo diferente para nossas atividades de pesquisa, uma vez que se caracterizaram por ser um exercício de práxis, ou seja, a aliança entre teoria e as práticas emancipatórias. Já que realizavam-se em via de mão-dupla, onde as ações contemplam a realização da pesquisa propriamente dita, além de possuir uma dimensão formativa ou extensionista e que, a nosso ver, apenas colocou em evidência o trabalho das famílias camponesas.

Vale esclarecer que os temas que foram elencados para as oficinas eram pensados pelos próprios camponeses que se sentiam instigados a refletir sobre sua realidade e suas práticas, nos deixando implícito quais os problemas e agravos que ecoavam dentro da comunidade. A partir disso procuramos somar forças junto a outros profissionais e instituições que tivessem formação, competência e recursos para trabalhar estes assuntos levantados. Como exemplo, a oficina de Manejo Agroecológico de pastagens que surgiu no momento em que, em rodas de diálogo, os camponeses sugeriram este tema, já que a atividade mais desenvolvida entre os camponeses era a pecuária leiteira e ao relatarmos as dificuldades em conseguir a produção do leite agroecológico, conversamos sobre a possibilidade de desenvolver uma atividade com essa temática e nos propusemos a implementar a oficina.

³ Embora o Assentamento Che Guevara não estivesse no nosso recorte territorial da pesquisa, estas duas oficinas ocorreram lá para atender as demandas dos assentados, pois estas oficinas teriam um público maior e optou pelo lugar para aproveitar a infraestrutura já existente ali.

Entre os apoiadores que ajudaram com as oficinas destacamos o Centro de Referência da Saúde do Trabalhador (CEREST), a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), a Faculdade de Medicina da UNESP/Botucatu), o Grupo de pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade da Universidade Federal do Ceará (TRAMAS) e a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (COAPRI).

Destaque importante a ser feito é que o surgimento desse debate em torno da agroecologia no Pontal do Paranapanema nos alertou para a necessidade de aprofundar a interlocução com outros pesquisadores e instituições, tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Embora na prática essas ações revelem uma agroecologia com práticas questionáveis pois, fogem um pouco da necessidade real dos camponeses e ainda não atendem no plano do real ações que contemplem a agroecologia de forma holística, estas instituições têm se colocado à frente dos trabalhos que vislumbram uma transição agroecológica para o Pontal do Paranapanema, com ações que vão desde cursos de treinamento técnico à eventos científicos que discutem esse temática.

As informações apresentadas nesta monografia surgiram a partir de entrevistas semi-estruturadas. Onde buscamos dialogar sobre quais as práticas desenvolvidas por estes camponeses, quais as formas de trabalho, as dificuldades e o envolvimento com a comunidade. Também foram aplicados 70 questionários divididos nos quatro assentamentos que foram foco da pesquisa. Os mapas foram confeccionados com o apoio do Laboratório de Geocartografia (FCT/UNESP), utilizando o Software ArcGIS/ESRI 10.2.

Aqui reflete-se o posicionamento não só de um pesquisador da Geografia Agrária e da Agroecologia, mas também, a forma de vida de um sujeito da pesquisa.

A photograph of a long, straight dirt road made of reddish-brown soil, stretching towards the horizon. On both sides of the road are tall, dense fields of sugarcane. The sky is a clear, pale blue. The perspective is from the middle of the road, looking down its length.

Confissões do Latifúndio
Dom Pedro Casaldáliga

Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a queimada.

Por onde passei,
plantei
a morte matada.

Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...

Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.

Retirado de: *MST* – www.mst.org.br

CAPÍTULO 2

A HISTÓRIA E SUAS TRAMAS: DA TRAJETÓRIA DE OCUPAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA À ATUAL CONJUNTURA AGRÁRIA

Nesta Seção, iremos descrever como ocorreu o processo de ocupação das terras do Pontal do Paranapanema, buscando evidenciar o conflito enquanto elemento chave no âmago deste processo. Colonos, indígenas, latifundiários/grileiros, capitalistas agroindustriais e políticos se conflitavam no cenário de devastação da Mata Atlântica, tendo como justificativa o desenvolvimento econômico da Região de Presidente Prudente, justificando a ocupação das terras ainda não conhecidas.

O que nos possibilitou fazer esse resgate foi a realização de um levantamento bibliográfico sistemático. Alguns autores se dedicaram para descrever o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, como Armando Pereira Antonio, Dióris Santos Abreu e José Ferrari Leite. Sobre o processo de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo no período, foi consultado o trabalho de Pierre Monbeig⁴. Sobre os conflitos agrários e fundiários na região, os trabalhos de Carlos Alberto Feliciano e Bernardo Mançano Fernandes nos deram sustentação para entender como esse fenômeno se deu entre posseiros e indígenas. Finalmente, para analisar do cenário atual de expansão da agroindústria canavieira, Maria Joseli Berreto e Antonio Thomaz Junior, substancialmente compuseram nossa agenda de leitura.

Antes de iniciarmos a discussão verticalizada no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema acreditamos ser necessário discorrer, mesmo que brevemente, sobre como se constrói a análise geográfica do espaço agrário e como essa leitura geográfica do espaço agrário se expressa na atualidade.

Nesta perspectiva, como pontua Ferreira (2001), formas de cultivo e usos da terra como elemento da paisagem, talvez seja uma das primeiras formas de contato da ciência geográfica com o agrário, isso já nos mostra a grande aproximação de ambos.

Elio Mogliorini (1950) Apud Ferreira (2001, p. 44), defende a ideia de que até a década de 1950 a chamada Geografia Agrária, vinha sendo entendida como uma ramificação da Geografia Econômica, tendo como foco de discussão a avaliação das produções e as modificações que dela derivavam e a influência do mercado.

⁴ MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984. 392 p.

Já em 1956, Pirre George começa a introduzir novos elementos para adentrar neste universo da definição da Geografia Agrária. O autor agrega alguns elementos e aspectos da vida no campo, descrevendo a sua extensão e diversidade no mundo, incluindo ainda as relações presentes no meio rural, partindo do meio físico, a densidade da ocupação humana, concluindo com as evidências históricas. O autor está preocupado em descrever a diferenciação da agricultura mundial, evidenciando o que ele chama de características geográficas do trabalho agrícola, preocupando-se mais em mostrar o que o geógrafo deve estudar no meio rural do que propriamente definir a Geografia Agrária.

Sobre a inserção das discussões sobre o campesinato Marques (2008) diz que:

[...] adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das ‘Ligas Camponesas’, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008, p. 60).

Ainda segundo a autora, o conceito de campesinato, que até então era diluído nas definições específicas de cada região (caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, caíçara no litoral paulista, colono ou caboclo no sul) começa a ser desenhado tendo como perspectiva a diversidade das formas sociais pautadas na relação de trabalho da família e formas distintas de acesso à terra como: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. São definidos ainda alguns elementos comuns, como a centralidade do papel da família no processo de organização da produção e na constituição de seu modo de vida, baseado no trabalho com a terra (MARQUES, 2008).

É interessante destacar que a Geografia Agrária não surge apenas como mais uma “gaveta” dentro da Geografia. No nosso entendimento, as especificidades e dinâmicas que se desenrolam no âmbito agrário merecem um olhar geográfico, e esta ciência ainda tem muito que contribuir para os estudos voltados para o campo. E essas contribuições vão desde o entendimento da dinâmica da natureza, que interfere diretamente nas formas e tempos de trabalho dos camponeses com a terra, até o papel do camponês na promoção da alimentação, pois são eles quem produzem os alimentos que compõem nossa mesa diária.

Ambientados na discussão sobre a Geografia Agrária, partimos para a próxima seção onde discutiremos como ocorreu o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema apresentando, também, os conflitos que existiram durante este processo.

2.1. O conflito como elemento fundante no processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema

O processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema se inicia em meados do século XIX. A região que hoje conhecemos como Pontal do Paranapanema até meados do século XIX quando se dá início no processo de ocupação, era conhecida como Vale do Paranapanema e se caracteriza apenas por ser uma imensa área de Mata Atlântica que servia de abrigo para algumas etnias indígenas. Dada a descoberta deste local, primeiramente caracterizado pela chegada dos mineiros, derruba-se a mata e extingue-se as populações indígenas e se dá início ao processo de grilagem de terras com posses ilegais haja vista a omissão do poder público frente a este processo.

Segundo Ferreira Leite (1998, p. 36), até o início do século XIX o Brasil não tinha uma legislação que assegurava a propriedade, portanto, a posse se dava por escrituração junto aos Cartórios e Paróquias, feita pelos vigários. Estas escriturações contidas nos livros dos Cartórios ou das Paróquias descreviam apenas os limites e divisas das propriedades com algumas características geomorfológicas e da biodiversidade que ali existiam, e ainda continham algumas obras de infraestrutura que os grileiros alegavam ter construído, e embora não servissem para dar o título real de posse aos grileiros mais tarde serviria para requerer a legitimação desta posse. Quando o posseiro entrava com o pedido de legitimação em juízo, era feita uma apuração para verificar as informações constadas no documento (divisas, benfeitorias, lavouras, criações e outras), depois de tudo verificado era demarcada a área e expedia-se o título de legitimação da posse.

Depois de 1850, com a aprovação de Lei Nº 601, conhecida como Lei de Terras, essa forma de aquisição de terras não seria mais possível, pois a Lei prescrevia que a aquisição de terras dar-se-ia apenas na forma de compra. Porém a Lei deixava uma brecha, onde qualquer um poderia requerer posse desde que comprovasse ocupação e uso das terras em qualquer período anterior a promulgação da Lei, este foi o ponto que deu início ao processo de retalhamento das terras do Pontal, e onde surgem diversos atores e sujeitos que constroem uma história de intensa sucessão de ilegalidades.

O marco inicial que caracteriza o processo de ocupação das terras do Pontal do Paranapanema como conflituoso é a extinção das comunidades indígenas que viviam na região, pois a Lei dizia que a posse deveria se dar de forma pacífica e sem conflitos, então a maneira encontrada pelos posseiros para ocupar as terras sem conflitos foi eliminar os índios, pois esta seria a única forma deles não reagirem às investidas dos novos ocupantes. Os posseiros contratavam jagunços armados os quais recebiam a única

missão de limpar o território, ou seja, exterminar os indígenas, estes atos ficaram conhecidos como “dadas”, as mais famosas foram as chefiadas pelo Coronel Sanches de Figueiredo (FERRARI LEITE, 1998, p. 43).

Segundo Feliciano (2013, p. 168), o processo de extinção dos indígenas caracterizou a construção de um território (com bases capitalistas) às custas da destruição de um outro território (o território indígena). Ou seja, para que houvesse a ocupação do Pontal do Paranapanema de forma que a transformasse em um território “conhecido” e trazer o desenvolvimento para as terras antes *inutilizadas* precisou tomar o território dos povos indígenas, e como se não bastasse a apropriação das terras, também dizimaram populações inteiras de etnias que ali viviam. O primeiro embate entre os colonizadores mineiros e os povos indígenas na região data de 1865 porém, antes disso era permitida a presença de “estranhos” em seus territórios indígenas, desde que, estes novos ocupantes não apresentassem interesse em permanecer por longo tempo, ou seja, apenas para passagem (COBRA, 1923).

O processo de retalhamento das terras tem início com a formação de dois grandes grilos na região que depois seriam retalhados para formar novas grilos menores foram as Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Agua-Pehy. Essas duas fazendas formam o cenário onde ocorreram diversas negociatas entre os interessados em legitimar a posse das terras e o governo. Em quase todas as entradas em juízo que os posseiros faziam eles recebiam resultados negativos, pois todos os documentos que apresentavam eram falsos.

Na ânsia que efetivar a legalização das posses os grileiros começam a se organizar e começam a procurar outros caminhos para conseguir esse objetivo comum, nos casos em que não há sucesso na legalização das posses o retalhamento das fazendas vai sendo feito e começam a surgir novas fazendas menores, mesmo sem titulação legal da terra, e a propaganda que alavancava em negócios com as terras era a esperança de valorização das terras por conta da construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que seria a porta de entrada para a chegada do café que se tornaria a principal atividade econômica da região durante as décadas de 1920 e 1930 (ABREU, 1972, p. 103).

Diante do cenário econômico vivido no início do século XX, onde a crise do café começa a atingir a economia nacional, enxerga-se a necessidade de alavancar a ocupação desta porção do território com o pretexto de levar o desenvolvimento econômico das terras e também de fazer-se tornar conhecida a região. Assim, para criar uma ligação entre o Pontal do Paranapanema e a porção Leste do Estado, dá-se continuidade a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que havia parado em

Botucatu (1889), atingindo Salto Grande em 1910, Presidente Prudente em 1917 e chega em Presidente Epitácio em 1922, durando 33 anos para finalizar a construção entre Botucatu e as margens do Rio Paraná. Seguindo os trilhos da estrada, os municípios foram surgindo ao longo desta, configurando numa nova dinâmica de ocupação das terras. Serviu ainda para impulsionar a chegada de migrantes que procuravam terras para cultivar café e outros em busca de trabalho (SOBREIRO FILHO, 2013).

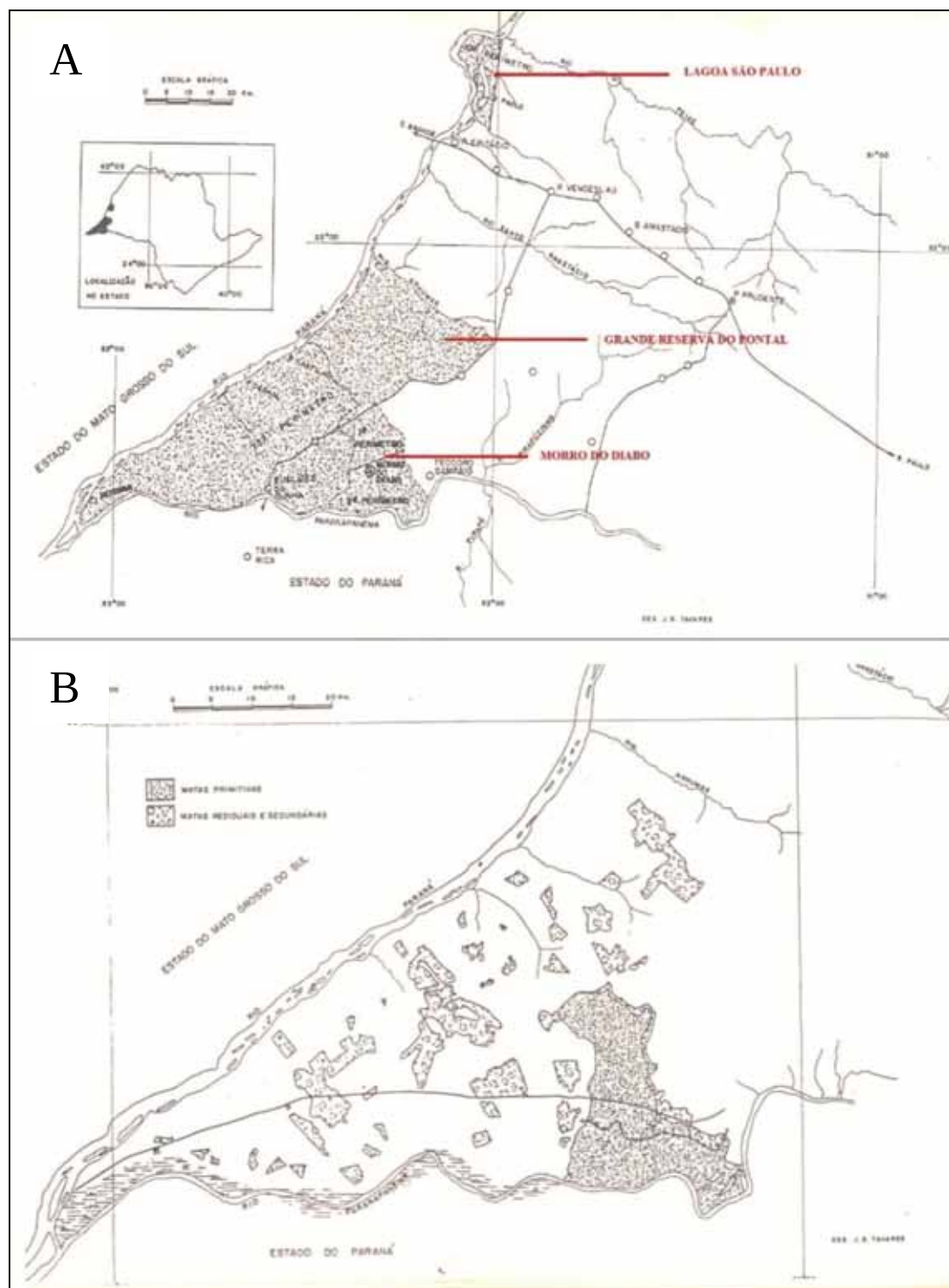
Outro elemento que expressa o conflito presente no processo de ocupação das terras do Pontal foi a problemática envolvendo a criação e extinção das reservas florestais. Em 1941 o engenheiro agrônomo Fernando Costa, que no momento era governador do Estado, criou a primeira Reserva Florestal na região do Pontal, que serviria para conservação da flora e fauna e o estabelecimento de florestas protetoras. Um dos principais motivos para isso, era o cenário que remetia a uma disputa interminável de terras, fruto das confusões geradas por conta da ilegalidade dos títulos de posse, mas o motivo maior foi o fato da área ter sido considerada como devoluta em 1936. Esta reserva ficaria conhecida como Reserva Florestal do Morro do Diabo, e localizava-se no 1º e 2º Perímetros de Presidente Venceslau. Esta foi a única Reserva que teve parte de sua composição original mantida mesmo diante das investidas dos grileiros e até hoje o restante da Reserva permanece em pé.

No ano de 1942, Fernando Costa criou ainda outras duas Reservas Florestais. A primeira localizada no 10º Perímetro de Presidente Venceslau, chamada de Reserva Lagoa São Paulo. Esta parcela de terras declarada de utilidade pública por parte do estado tratava-se de um dos locais mais belos da região. Entre as décadas de 1920 e 1940 surgiram na área compreendida pela Reserva pelo menos três posseiros se declarando proprietários de glebas dentro dela, até que em 1944 Adriano Seabra que fez uma negociação e vendeu 27.000 hectares das terras da Reserva, mesmo sendo elas declaradas de utilidade pública pelo Decreto que criou as Reservas em 1942. (FERRARI LEITE, 1998, p. 69).

A outra Reserva criada junto com a Reserva Lagoa São Paulo, no ano de 1942 foi a Grande Reserva do Pontal, localizada no 13º Perímetro de Presidente Venceslau. Nesta área, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado encontrou 31 grileiros na área, o maior ocupante era a Companhia Imobiliária Agrícola Sulamericana, possuindo 174.000 hectares de terras localizadas na vertente do Rio Paraná. E como no caso das demais reservas, nenhuma das fazendas possuía título de posse. A primeira investida sobre as terras da Grande Reserva do Pontal foi feita através de um relatório

enviado a Procuradoria de Presidente Venceslau em 1945, sob os cuidados do procurador Messias Junqueira, que aprovaria o parecer do subprocurador Odilon Bueno sob pressão das partes interessadas, onde se propunha a redução de 246.840 hectares para 108.900 hectares.

Figura 1: – Reservas Florestais criadas entre 1941 e 1942 no Pontal do Paranapanema



Fonte: Ferrari Leite, 1981.

Adap.: Rabello, 2014.

A **Figura 1** representa a escala de devastação sofrida no âmbito das Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema, onde “A” representa as Reservas criadas entre 1941 e 1942 enquanto “B” mostra o que restou das Reservas frente às investidas dos grileiros ao longo dos anos. Percebemos que grande parte da área de Lagoa São Paulo, da Grande Reserva do Pontal e do Morro do Diabo foi extinta e ocupada por grileiros, restando alguns remanescentes isolados e uma parte do Morro do Diabo, que em 1986 se virou Parque Estadual do Morro do Diabo se tornando uma unidade de conservação ambiental protegida pelo Estado.

Posto este cenário conflituoso onde se projetou a ocupação das terras do Pontal do Paranapanema, podemos entender que este processo foi substancial para a configuração fundiária e surgimento de novos conflitos presentes na atualidade. Desta forma, apresentamos no próximo tópico como se configura o atual cenário da região.

2.2. A presença do Agrohídronegócio⁵ canavieiro no Pontal do Paranapanema

Nossas reflexões nos leva a entender que o processo de ocupação do território do Pontal do Paranapanema com a chegada dos primeiros colonizadores mineiros, que foi marcado pela ilegalidade e concentração de terras, tem reflexo direto na atual conjuntura agrária da região. Os latifúndios que foram retalhados, conforme apresentamos anteriormente, hoje são ocupados pela cana-de-açúcar e servem para alimentar as unidades agroindustriais instaladas na região.

Segundo Barreto (2012), a expansão do agrohídronegócio canavieiro na região do Pontal aconteceu em dois momentos, o primeiro caracterizado pela formação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar e implantação das primeiras unidades agroindustriais canavieiras, em meados da década de 1970, durante o segundo período do PROALCOOL. Já, o segundo momento desta expansão ocorreu a partir de 2005, também com a ajuda de incentivos do Estado, com o forte impulso na produção de veículos *flex-fuel*.

A **Tabela 1** destaca como ocorreu a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar entre o período de 2003/2004 a 2013/2014. Quando nos atentamos para os dados

⁵ O conceito de Agrohídronegócio, apresentado por Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG) e Helena Angelica Mesquita (UFG), começa a tomar forma em 2007 com a discussão suscitada no artigo: “O agrohídronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências”, apresentado no II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, Salvador, 2007. Deste então, ele vem tomando novos conteúdos e leituras. Esse conceito é reinterpretado por Antonio Thomaz Junior na sua tese de Livre Docência, intitulada: “Dinâmica Geográfica do Trabalho no século XX: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos” (2009), sendo que demarca linha de entendimento própria quando se propõe elucidar a ideia de que a apropriação da terra implica diretamente na apropriação do direito de se apoderar da água, das nascentes, dos aquíferos etc. Assim, com as atenções para a expansão das áreas de plantio das *commodities*, a busca incessante por parte do capital dos recursos terra e água têm sido imprescindível para as estratégias de consolidação do modelo burguês de gestão e controle do território. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

do Estado de São Paulo, percebemos que o crescimento no período foi cerca de duas vezes entre os anos safra 2003/2004, enquanto que na região do Pontal do Paranapanema o mesmo índice cresceu cerca de cinco vezes, o que merece destaque pois, esses dados reafirmam que a monocultura canavieira tem chegado com muita força na região. Além disso, quando focamos nossa análise para os dois municípios onde nossa pesquisa está centrada (Mirante do Paranapanema e Sandovalina) percebemos que no biênio 2003/2004 a produção não atingia índices muito elevados, enquanto que no biênio 2013/2014 a produção alcança a mesma magnitude dos outros municípios que desde 2003 já produziam cana-de-açúcar.

Tabela 1: Produção de Cana-de-Açúcar no Pontal do Paranapanema (2003 a 2014)

Município	Cana Cultivada 2003/2004 (ha)	Cana Cultivada 2013/2014 (ha)
Alfredo Marcondes	0	0
Álvares Machado	0	0
Anhumas	150	7.630
Caiabu	5.310	7.227
Caiuá	58	5.546
Emilianópolis	1.298	4.170
Estrela do Norte	0	7.639
Euclides da Cunha Paulista	1.219	4.021
Iepê	6.468	13.184
Indiana	0	77
João Ramalho	2.385	16.672
Marabá Paulista	961	19.642
Martinópolis	6.925	34.919
Mirante do Paranapanema	0	19.404
Nantes	4.838	5.261
Narandiba	591	14.399
Piquerobi	187	2.560
Pirapozinho	2.445	20.804
Presidente Bernardes	582	3.724
Presidente Epitácio	0	11.290
Presidente Prudente	7.731	8.132
Presidente Venceslau	24	10.431
Rancharia	8.974	40.359
Regente Feijó	255	1.320
Ribeirão dos Índios	0	4.408
Rosana	17	6.371
Sandovalina	0	18.823
Santo Anastácio	1.311	4.730
Santo Expedito	569	1.519
Taciba	5.055	20.253
Tarabai	0	4.253
Teodoro Sampaio	13.942	33.068
Total	71.295	351.836
Total - Estado de São Paulo	3.002.676	5.768.172

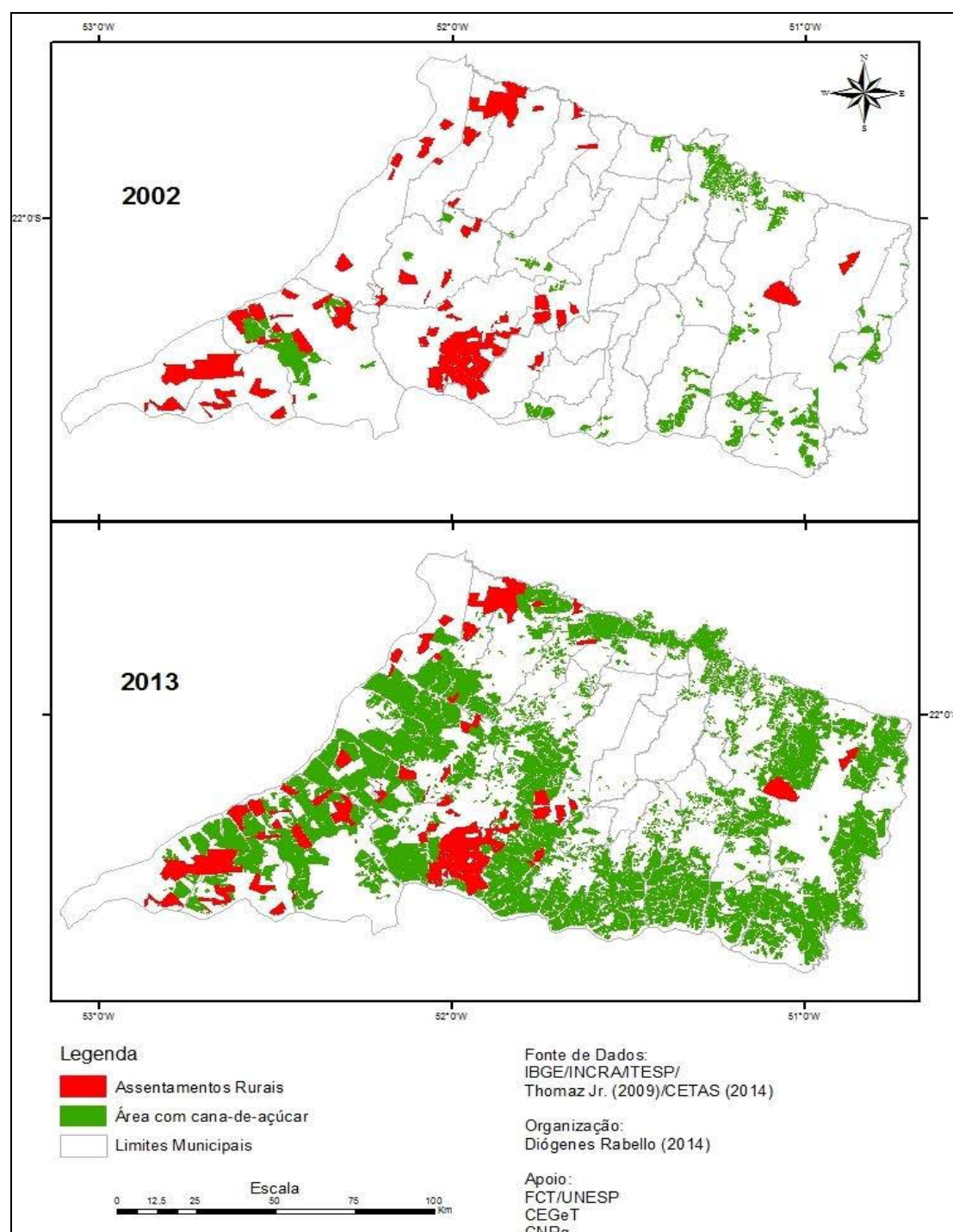
Fonte: CANASAT/INPE – Monitoramento da cana-de-açúcar

<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/index.html> - Acesso em 12/10/2014

Org. RABELLO, 2014

O **Mapa 2** ilustra essa expansão da área de cultivo de cana-de-açúcar, pois como podemos notar há um contraste visual significativo quando demarcamos a mancha da cana no ano de 2002⁶ e no ano de 2013.

Mapa 2: Expansão das Lavouras de Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2002-2013) E os Assentamentos objeto da pesquisa



⁶ A Tabela 1 mostra dados relativos do período de 2003/2004 a 2013/2014, e o Mapa 2 mostra dados do período de 2002 a 2013. O recorte da pesquisa está centrado no período entre 2002 a 2013, porque acreditamos que seja importante demonstrar o período anterior à 2005 (onde o agrohidro-negócio começa a surgir com maior força) e no período atual. Mas foi necessário construir a Tabela 1 com dados referentes ao ano safra 2003/2004 porque a base de dados consultada (CANASAT/INPE) não disponibiliza dados de 2002. Foram consultadas outras bases de dados mas, encontramos divergências nas informações, então, optamos por não demonstrar.

Vale mencionar que, durante esse processo de implantação das agroindústrias na região, há uma estratégia do agrohidronegócio do setor canavieiro. Ou seja, num primeiro momento é realizado levantamento para saber quais são os municípios que atendem aos requisitos exigidos para a sua implantação, entre os quais se destacam a disponibilidade de terras agricultáveis, a logística para fazer o escoamento tanto da cana-de-açúcar (matéria-prima) quanto do álcool e do açúcar (produção).

Somado a isso se busca os locais onde se tem maior facilidade de criar acordos e apoio com o poder público local (prefeituras municipais) pensando na isenção ou redução dos impostos e na contribuição com alguns tipos de serviços, como adequação/melhoria/criação de estradas e pontes e prestação de serviços públicos como reflorestamento de áreas degradadas, reforma e ampliação de escolas, postos de saúde, creches, praças e outras dependências públicas, em uma dita contrapartida da usina e prestação de serviços sociais, mas que na verdade não deixam de ser ações que camuflam os impactos que essas usinas trazem para os municípios (prostituição, aumento da criminalidade, impactos na saúde dos trabalhadores, precarização do trabalho, prejuízos ao meio ambiente etc.) induzindo a população enxergar apenas os pontos positivos da presença da empresa, pois nas propagandas são apresentadas apenas os possíveis benefícios.

As fotos a seguir exemplificam esta forma de controle social, onde as pessoas são induzidas a terem a visão que a agroindústria quer que a população tenha de si mesma.

Foto 3: Propaganda sobre plantio de árvores – Umoe Bioenergy – Sandovalina



Autor: Rabello, 2014.

A **Foto 3**, a cima, mostra a propaganda de plantio de árvores feita às margens do Ribeirão Taquaruçu pela Umoe Bioenergy em Sandovalina, utilizando do discurso da sustentabilidade tentando amenizar as preocupações com os prejuízos ambientais gerados no processo produtivo.

Foto 4 - Programa “Atleta do Futuro - Sesi” – parceria Umoe Bioenergy e Prefeitura Municipal de Sandovalina



Fonte: Rabello, 2014.

A **Foto 4** mostra a propaganda do Projeto Aleta do Futuro , também em Sandovalina. Este projeto é idealizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI), cujo objetivo é utilizar a prática esportiva como instrumento da educação e inclusão social de crianças e adolescentes. Em programa é implementado pela Prefeitura Municipal de Sandovalina e recebe apoio da Umoe Bioenergy. Aqui percebemos o discurso da preocupação social.

Essa característica da monocultura na região necessita de mão-de-obra para o trabalho das atividades ligadas ao cultivo da cana, e nesta conjuntura, elas encontram essa mão-de-obra nos assentamentos rurais próximos. Isso pôde ser verificado através de nossas incursões em campo, por meio das quais constatamos que boa parte das famílias assentadas possuem pelo menos um membro que mantém vínculo empregatício com as agroindústrias canavieiras, e neste rol encontram-se o pai ou filhos e em alguns casos a esposa que também vende sua força de trabalho. Numa jornada de trabalho de oito horas ou mais, o trabalhador tem seu tempo distribuído ainda para seu deslocamento de casa até o local de trabalho, que é variável, uma vez que, a lavoura não está restrita a um único município, mas distribuídas em vários – os ditos municípios de

impacto (BARRETO, 2012), esse fato exige o deslocamento periódico dos trabalhadores.

Frente a essa conjuntura, muitos tabalhadores passam a maior parte do dia fora de seu lote, e quando chega em casa não consegue cuidar dos seus afazeres, implicando diretamente nas atividades desenvolvidas dentro da propriedade da família, configurando o trabalho na usina como a principal fonte de renda da família.

Dado o cenário em que o Pontal do Paranapanema se encontra, apontamos que o agrohidronegocio é uma realidade posta e está se configurando num elemento que vem para interferir fortemente nas relações sociais, nas mais variadas escalas e territórios.

Temos de um lado, a população nas cidades que compõe e assiste a todo esse processo, sendo induzida a não pensar nas problemáticas que vem surgindo, encarando desta forma, como um processo que apenas contribui para o desenvolvimento econômico e social do município, que traz como *slogan* a geração de empregos.

Por outro lado temos, a população do campo que vem sendo utilizada como massa de manobra para trabalhar nos canaviais da região, pois o capital canavieiro tem chegado nos assentamentos e se apresentado como a única forma de se garantir uma renda mensal fixa, e ao mesmo tempo sendo sufocada pelas expansão das lavouras de cana-de-açúcar, colocando a sua segurança e saúde em risco e suas possibilidades de reprodução no território sendo esgotadas, haja vista as condições técnicas (pulverização aérea para aplicação de agrotóxicos) em que se desenvolvem as atividades nas lavouras de cana-de-açúcar ao redor destes assentamentos.

2.3. Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema

Diante da posse ilegal das terras do Pontal, os trabalhadores sem terra e sem emprego começam a se organizar a fim de reivindicar as terras públicas para Reforma Agrária e criação de Assentamentos Rurais, e neste processo de luta pela terra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge como movimento de luta que organiza estes trabalhadores no sentido de lutar pelas terras públicas que foram ocupadas ilegalmente.

Uma das ações que deu o pontapé inicial na formação do MST no Pontal do Paranapanema foi a ocupação da fazenda Primavera. Organizados coletivamente e com a conquista da fazenda, através da luta pela terra, os trabalhadores começam a traçar perspectiva para a formação de um movimento que lutasse pela Reforma Agrária. Porém, conforme alerta Sobreiro Filho (2012), a região já apresentava condições básicas

para o surgimento e estabelecimento do MST, como por exemplo, a comunicação e organização com outros movimentos e organização de ações coletivas e outras que foram criadas pelo movimento denominado Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo:

Na década de 1980 os conflitos na região tiveram como fator imprescindível a intensificação dos interesses do capital associados à iniciativa do Estado no tocante à dotação de infra-estrutura para benefícios do próprio capital. A construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, prometeram promover o desenvolvimento, mas por fim resultou na demissão dos trabalhadores contratados, em enchentes nos rios e o reassentamento das famílias posseiras para áreas diante da inundação para a construção do reservatório da hidrelétrica. Por isso a luta pela terra no Pontal possui características muito próprias (SOBREIRO FILHO, 2012, p. 91).

Conforme os trabalhadores vão criando identidade de classe, fato que contribui para a unicidade intrínseca ao surgimento e fortalecimento do movimento, eles se colocam contrários ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado e começam a questionar e levar como proposta um novo modelo. E as ocupações não só se apresentam como a principal ferramenta de luta na Reforma Agrária, mas também de expressar o descontentamento com o modelo de desenvolvimento que deixa os trabalhadores rurais sem terra marginalizados (SOBREIRO FILHO, 2012).

Data de 1990, o primeiro episódio de ocupação de terras pelo MST no Pontal do Paranapanema, na fazenda Nova Pontal no município de Rosana. Segundo Sobreiro Filho (2012), além de reivindicar a posse da terra e reafirmar seu posicionamento contrário à propriedade privada, esta ocupação buscava também promover a espacialização do MST na região.

A expressão dos resultados da luta pela terra são os assentamentos rurais. Viabilizados pelo Estado, os assentamentos rurais são frutos de um processo histórico de luta no campo com pressão dos trabalhadores rurais sem terra organizados pelos movimentos sociais.

No Pontal do Paranapanema, segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA, 2013), existem 112 assentamentos rurais (**Quadro 2**), que correspondem a 43,7% do total de assentamentos rurais do Estado de São Paulo, territorializando 5.892 famílias ou 32,9% do total de famílias assentadas do Estado, em 139.682 hectares de terra, cerca de 41,7% da área ocupada com assentamentos rurais no Estado. Percebemos, portanto, que pelo histórico conflituoso e a expressividade dos números, esta região é importante no cenário de luta pela terra no Estado de São Paulo.

Quadro 2: Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema: quantidade, número de famílias e área ocupada

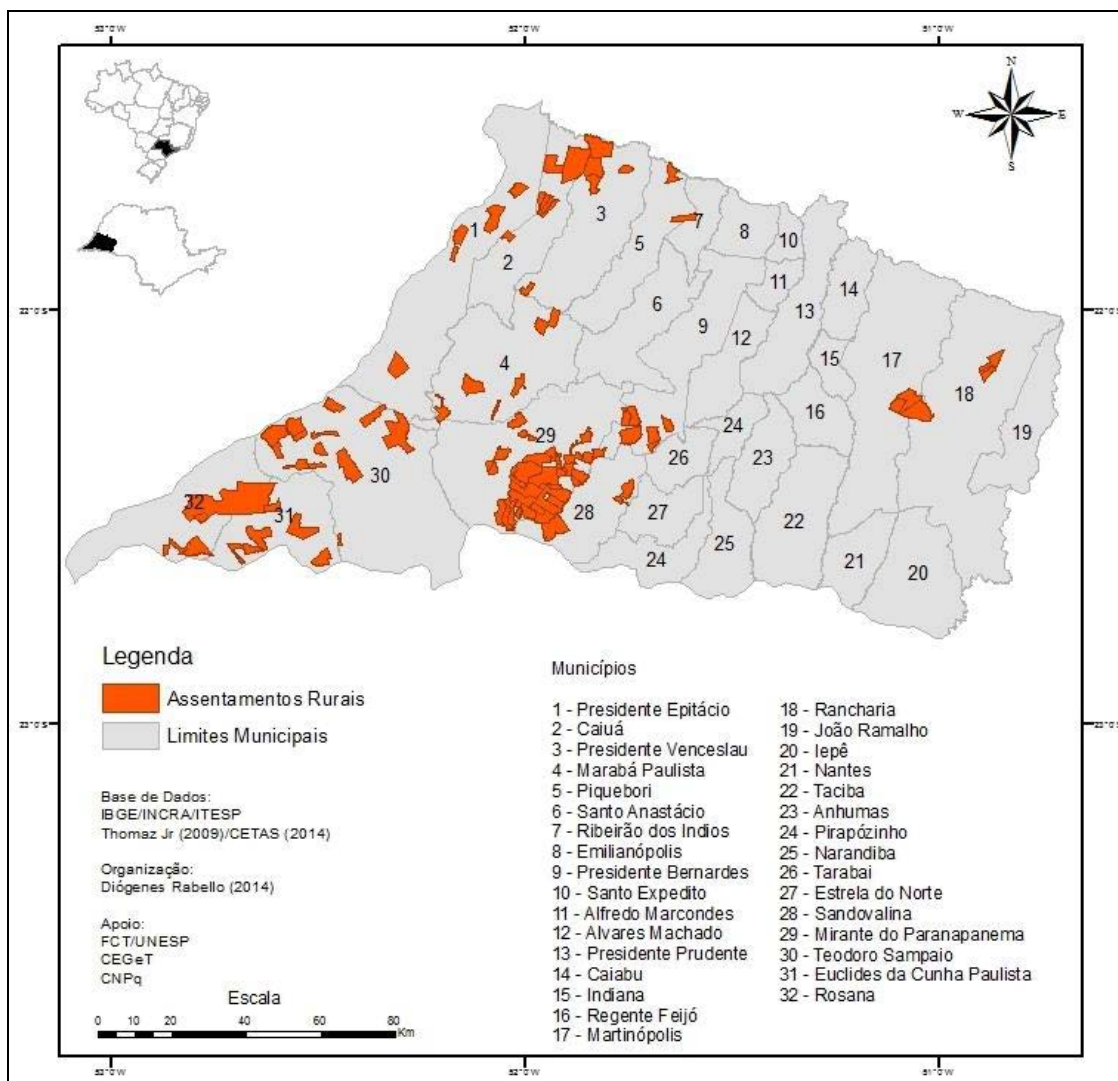
MUNICÍPIOS	NUM. DE ASSENTAMENTOS	NUM. DE FAMÍLIAS	ÁREA
Caiuá	8	441	10.736
Euclides da Cunha Paulista	9	511	10.935
Iepê	1	36	68
João Ramalho	1	29	55
Marabá Paulista	6	257	6.481
Mirante do Paranapanema	35	1.546	35.470
Piquerobi	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	264	7.193
Presidente Epitácio	4	340	6.088
Presidente Venceslau	8	378	10.101
Rancharia	2	175	4.265
Rosana	4	766	18.307
Sandovalina	2	198	4.017
Teodoro Sampaio	21	867	23.371
TOTAL	112	5.892	139.682

Fonte dos Dados: DATALUTA, 2013.

Org.: Rabello, 2014.

O **Mapa 3** mostra a espacialização dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. Observamos uma grande concentração dos assentamentos no município de Mirante do Paranapanema, seguido por Teodoro Sampaio. Observa-se que dos 32 municípios de compõe a região 18 deles não possuem assentamentos ainda. Observamos ainda que, alguns municípios como Santo Anastácio e Tarabai não possuem assentamentos rurais mas, possuem áreas de plantio de cana-de-açúcar e são terras devolutas.

Mapa 3 – Espacialização dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema/SP



Os assentamentos rurais no Pontal vêm cumprindo um papel importante no que tange a produção de alimentos, tendo como base principal a produção da pecuária leiteira, isso porque, quando os camponeses conquistam a terra, esta carrega consigo a herança na pecuária extensiva praticada antes pelos latifundiários. Portanto, a terra já é composta basicamente por pastagem, além disto, as primeiras (e escassas) linhas de crédito e financiamento para os novos assentados são para formação de pastagens e compra de gado leiteiro, ou seja, elas vem “engessadas” de forma que obrigam os camponeses a iniciar o trabalho na terra produzindo leite.

No entanto, o leite não é único alimento que os assentados têm se empenhado em produzir, há uma diversificação na produção com o cultivo de mandioca, milho, feijão, quiabo, urucum, abóbora, café sombreado, frutas e hortaliças diversas, além de pequenos animais, como galinha, porco e peixe.

Essa diversidade produtiva, presente nos Assentamentos contrapõe ao modelo agroexportador monopolista engendrado pelas empresas de capital agroquímico-alimentar-financeiro, valorizando, assim, a Soberania Alimentar.

Embora estejamos diante de um cenário onde enxergamos a capacidade que os Assentamentos possuem para produzir alimentos, alertamos para a carência de Políticas Públicas estruturais que atendam às necessidades reais dos assentados no que tange à infraestrutura para o processo de produção e de comercialização.

Desta forma, os camponeses se vêem obrigados a acessarem políticas públicas deficitárias que não atendem as reais necessidades e que não contemplam as especificidades desta população. Essas políticas públicas subordinam os camponeses cada vez mais ao Estado tornando-os dependentes, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem seu sistema de crédito submisso ao pacote tecnológico do grande capital (LEAL, 2013).



**Plantar o pão, colher a vida:
para o mundo se alimentar sem veneno**

*Unidos da Lona Preta
Carnaval, 2011*

[...]

Oh Mãe Natureza
Nós queremos a tua diversidade
De cores, sabores
Na mesa do campo e da cidade
Agroecologia
Com soberania alimentar
Pra preservar o nosso chão
Um novo mundo pede uma nova relação
Do jeito que tá, não dá pra ficar
A produção

Comida ruim ninguém aguenta,
ninguém aguenta
É veneno em todo canto, em todo canto
Mata gente e mata rio, e mata o rio
Agronegócio a mentira do Brasil

Semente com patente
É roubar a natureza
Monocultura na agricultura
Deserto verde: cadê a beleza?
Lucrando e fazendo a guerra
Matando o ser humano e a mãe natureza

[...]

CAPÍTULO 3

AGROECOLOGIA: ABORDAGENS TEÓRICAS E DISCUSSÕES

Nesta Seção pretendemos resgatar um pouco do que o conhecimento científico tem produzido sobre a agroecologia. A base metodológica que permite a construção deste capítulo surge a partir do levantamento bibliográfico sistemático realizado durante o desdobramento da pesquisa. Pretendemos com este capítulo introduzir a discussão entorno de uma nova proposta de desenvolvimento para o campo, onde apresentamos a agroecologia como uma forma menos impactante ambientalmente e socialmente mais justa para os trabalhadores e para a sociedade como um todo.

As leituras nos revelam que no cenário científico tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como uma for

ma de viabilizar o desenvolvimento rural, permitindo a reprodução do camponês com equidade socioambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Colocando assim, no centro do debate o trabalho de base familiar e levando em conta o resgate das tradições que as gerações do campo carregam consigo, além de dar grande importância para a biodiversidade e preservação das sementes crioulas.

Gúzman (2001) destaca que a agroecologia surge como um contraponto ao neoliberalismo e a globalização econômica, assim como os cânones da ciência convencional, e que procura respeitar a diversidade ecológica e sociocultural, permitindo um conhecimento holístico, sistêmico, subjetivo e pluralista criados a partir das culturas locais/tradicionais. Para o autor, a ciência convencional tem como características o conhecimento partidário, mecânico e universal, enquanto que a agroecologia cumpre o papel de contribuir na elaboração de estratégias para fortalecer o desenvolvimento rural menos prejudicial ao meio ambiente. Além disso, enfatiza alguns elementos que podem servir como orientadores da ação e a importância do desenvolvimento local, endógeno, com destaque para a construção, reconstrução e manutenção do conhecimento local, como artifício para uma transição agroecológica. Sobre a agroecologia, Altieri (2004) diz:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p. 23).

As estruturas políticas e econômicas que controlam a agricultura na atualidade, tem privado e desmotivado os camponeses a implementar uma agricultura alternativa que desafiaria tal estrutura. Isso nos leva à pensar que vêm surgindo motivações econômicas e políticas responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas científicas e dos investimentos financeiros para o melhoramento das técnicas de agricultura sustentável, que vêm tomando lugar das preocupações com o ambiente e as condições de vida e trabalho das famílias camponesas.

Para alguns autores, o principal foco da agroecologia consiste em integrar elementos da agricultura de maneira que a eficiência biológica global seja incrementada, a biodiversidade continue preservada, e a produtividade do agrossistema e sua alta capacidade de se sustentar sejam mantidas. Logo, tem como principal desafio transformar os princípios agroecológicos em um sistema alternativo que seja prático e satisfaça necessidades específicas de comunidades agrícolas em diferentes regiões ecológicas do mundo.

Para Altieri (2004), enfrentar o modelo de agricultura moderno atual, moldado à exportação e à mercantilização, implica em combater as falsas promessas feitas pela indústria da engenharia genética como: toda atividade agrícola é dependente de insumos químicos e biotecnologia que favorece no aumento da produtividade e redução dos custos. Quando introduzimos a discussão sobre a biotecnologia, alguns questionamentos devem fundamentar nossas reflexões, pois esta tem se transformado num instrumento de dominação de classes, apropriação dos recursos e naturais (como no caso da patente das sementes):

¿Deberíamos alterar la estructura genética de todo el reino viviente en nombre de la utilidad y las ganancias ?
 ¿Es la constitución genética de todos los seres vivos la herencia común de todos, o puede ser adquirida por las corporaciones y de esta manera convertirse en propiedad privada de algunos?
 ¿Quién otorgó a las compañías particulares el derecho a monopolizar grupos enteros de organismos?
 ¿Los biotecnólogos se sienten los dueños de la naturaleza? ¿Es ésta una
 Los mitos de la biotecnología agrícola ilusión construida sobre la arrogancia científica y la economía convencional, ciega a la complejidad de los procesos ecológicos?
 ¿Es posible minimizar las preocupaciones éticas y reducir los riesgos ambientales manteniendo los beneficios? (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 126-127).

Movidos por critérios puramente econômicos, percebemos que as inovações tecnológicas que modificam a estrutura genética dos alimentos não são desenvolvidas tendo como objetivo contribuir para resolução dos problemas agrícolas, mas sim tendo

como foco a ampliação da capacidade de acumulação por parte dos conglomerados agroquímico-alimentares-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Não se trata apenas de modificar alguns tipos de sementes ou plantas, há de fato neste processo, mudanças significativas em toda a cadeia ecológica natural, cujos desdobramentos podem ser imprevisíveis para a natureza, e consequentemente para a sociedade. Essa discussão nos leva a tomar um rumo de análise tendo como “pano de fundo” ético porque nos leva a repensar os caminhos pelos quais a ciência e consequentemente o pensamento humano tem trilhado, por entender que os avanços nas tecnologias e nas ciências e seus bônus muitas vezes não estão disponíveis para todos, enquanto que os ônus são socializados. Machado e Machado Filho (2014) entendem a agroecologia:

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ destruiu ou escondeu, incorporando-lhe os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014: p. 36).

É de praxe que as definições e dimensões que os conceitos tomam tendem a ser baseados de acordo com a carreira que cada ciência constrói. Não fugindo à regra, os agrônomos se debruçam para definir uma agroecologia que dê conta de uma substituição do modelo de agricultura, ou seja, se empenhando em agregar elementos que traduzam novos métodos e técnicas que sejam alternativas aos convencionais, exercício este, imprescindível para pensar a agroecologia na sua totalidade.

Ainda sob a perspectiva agronômica, Primavesi [s/p] [s/d] diz:

A agroecologia trabalha com rotação de culturas, variedades variedade (em lugar das variedades híbridas) e tenta aumentar a biodiversidade também por adubação verde de espécies diversas. Quanto mais variada a matéria orgânica que o solo recebe, tanto maior e mais ativa se torna a microvida, a mobilização de nutrientes e a saúde vegetal (PRIMAVESI [s/p] [s/d]).

Desta forma, percebemos que não se trata apenas que defender um modelo de agricultura que se proponha enfrentar o modelo convencional politicamente, mas trata-se também de pensar um modelo que proponha novos caminhos para a agricultura.

Pensar a Agroecologia apenas enquanto um modelo que possibilite uma ruptura paradigmática, centrada apenas no combate à uma agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de

forma holística. A agroecologia nos permite ir além, nos possibilita entender e propor reflexões entorno das questões sociais, que perpassam pelas discussões de organização enquanto comunidade buscando melhores condições de reprodução; pelas discussão de gênero, pois o trabalho pretende ser em família; busca-se a autonomia, ou seja, minimizar a dependência do consumo externo levando o camponês a priorizar o abastecimento interno; e ainda, uma questão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Como pontua Sevilla Guzmán (1997):

Em um esforço de síntese, a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico de recursos naturais que, incorporado a uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. [...] Em tal estratégia, o papel central da dimensão local é como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativos, potenciadores da biodiversidade ecológica e sócio-cultural”(SEVILLA GUZMÁN, 1997, p. 29).

Portanto, a agroecologia não é apenas uma ferramenta que contribui para uma produção e um modo de vida ambientalmente sustentável. Para além disso, propõe elevar o camponês para uma posição de protagonista em um sistema que impõe modelos que desconsideram as especificidades sociais e territoriais em que estão inseridos. E mais, a agroecologia procura apresentar o camponês enquanto sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizar os saberes-fazer dos povos tradicionais, que são adquiridos historicamente, em contato direto com o natural, e que são passados de geração em geração, sendo um elemento que caracteriza genuinamente o camponês.

Para promover uma agricultura que ultrapasse os limites do orgânico e tenha um caráter agroecológico, uma das estratégias é inserir as dimensões sociais, culturais e políticas. É necessário que na base deste sistema de produção haja uma formação política e social para (re)pensar o campo em sua funcionalidade, nas especificidades que os sujeitos de campo possuem, que os tornam parte inerente ao desenvolvimento de qualquer economia, à sustentação da sociedade e, principalmente do resgate dos saberes tradicionais.

A forma como se apresenta o modo de vida dos camponeses se caracteriza como um arranjo produtivo em que o sujeito do campo tem autonomia para praticar suas atividades agrícolas e a prioridade para o seu sustento e de sua família. Esse modo de vida, mostra um contato com a natureza, onde o trabalhador pratica suas atividades conhecendo e considerando a dinâmica do meio ambiente, e essa relação se dá de modo

a que os recursos naturais são utilizados de forma a beneficiar a produção (RABELLO, 2013).

É nesse sentido, então que pensamos a Agroecologia, não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e vida saudável, mas enquanto um saber ancorado em uma prática que pode ser potencializada como uma forma de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura praticada pelo agronegócio.

Podemos observar que muitos são os pontos de vistas entorno do que é a agroecologia, muitas são as perspectivas que buscam explicar o modelo alternativo. As abordagens nos induzem a entender que este modelo representa uma ruptura paradigmática, tendo como preocupações: *a dimensão ambiental*, onde se busca minimizar, ou erradicar o uso de insumos químicos, para assim frear a degradação ambiental e privilegiando as sementes crioulas; *dimensão social*, com a produção de alimentos saudáveis, em diversidade e privilegiando o trabalho de base familiar; e a *dimensão cultural*, resgatando as técnicas tradicionais de trabalho no campo, considerando a manutenção da identidade do sujeito do campo envolvido no que tange a produção agroecológica.

Embora chegamos até o presente momento com este esforço de tentar dar um sentido ao conceito de agroecologia, não sentimos que cabe a nós engessar este termo, apenas nos arriscamos a traçar elementos que envolvem esta alternativa para o trabalho no campo.

Nossas caminhadas nos permite afirmar que o fazer agroecologia está ligado diretamente ao território e ao sujeito. Não ousamos dizer que as mesmas práticas agroecológicas que conhecemos, nos diversos lugares que visitamos, são iguais, que elas carregam em si, evidentemente, os aspectos intrínsecos à agroecologia isso é certo, entretanto as particularidades de cada território e as especificidades dos diversos sujeitos a faz incorporar novos elementos próprios de cada lugar.

A agroecologia que conhecemos na região do Alto Solimões, na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil – Peru – Colômbia), é praticada por povos indígenas da etnia Ticunaque, entre tantas outras dificuldades, sofrem pela dinâmica natural da rede hidrográfica, que ora está em período de cheia, ora no período de vazante, isso os afeta de forma direta uma vez que eles praticam a agricultura às margens dos rios, aproveitando a fertilidade destas terras. Em outros casos, a agroecologia para os indígenas da Amazônia é praticada dentro das matas, o que favorece a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), por exemplo.

Conhecemos a experiência em agroecologia praticada pelos povos cerradeiros⁷ em Goiânia, que no caso, sofre com o avanço massivo do agronegócio sobre as terras goianas, causando um forte processo de desterritorialização dos camponeses e desconfigurando as características próprias do bioma, que é um dos mais ameaçados pelas empresas rurais, restando hoje cerca de 20% do bioma original (MENDONÇA, 2012), e os camponeses tem tido o apoio de um banco de sementes crioulas para resistirem na terra.

Por fim, lembramos-nos das experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses da região metropolitana de Curitiba, especificamente no Assentamento Contestado, localizado no município de Lapa, tendo esta região característica climática do subtropical úmido onde a produção de hortaliças é favorecida, e esses sujeitos tem desenvolvido suas atividades com base em técnicas como a mandala⁸ e que tem possibilitado a produção de diversos alimentos que vêm sendo comercializado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Cooperativa Terra Livre.

Estes três exemplos nos (re)afirmam que a relação sujeito-território está no cerne da construção da agroecologia. Desta forma, não há como pensar a agroecologia como um conceito que pode ser aplicado de uma única forma para diferentes contextos.

Sobre os saberes-fazeres dos camponeses, uma análise sistemática e empírica da realidade encontrada nas comunidades estudadas nos permite saber que saberes tradicionais dos camponeses não emergem de uma hora para outra, mas se constroem através das experiências de vida e de trabalho e são passados de geração em geração, são práticas que durante muito tempo se apresentaram como modo de viver, construir e de se reproduzir. O modo de vida dos camponeses se caracteriza, principalmente, apresentando o sujeito do campo como autônomo para praticar suas atividades agrícolas, nas quais ele prioriza seu sustento e de sua família, considera a diversidade das culturas praticadas para que assim possa se desprender cada vez mais de aquisições externas. Esse modo de vida, ainda mostra um contato respeitoso com a natureza, onde o trabalhador pratica suas atividades conhecendo e considerando a dinâmica natural do meio ambiente, podemos ainda afirmar que essa relação se dá de modo que o trabalhador usa dos recursos naturais de forma a beneficiar sua produção.

A agroecologia contribui para a manutenção desses saberes e práticas, e desta forma não podemos dizer que a agroecologia surge como algo novo e que se apresenta

⁷ Cf. Mendonça (2010).

⁸ Mandala é um forma de organização de hortas, formada por círculos concêntricos. Possui um sistema de drenagem onde a água é captada no centro e reutilizada no sistema de irrigação.

como um modelo que foge das possibilidades de ser praticado, mas ela trata do resgate das práticas primeiras dos camponeses. Essas práticas passam a ser substituídas pelas tecnologias para o campo, tecnologias estas que tratam de dissipar as relações tradicionais.

Vemos, portanto, que a expansão do capitalismo no campo traz novos elementos para pensar a agricultura camponesa, sendo que, para fazer girar a roda do capital as agroindústrias canavieiras buscam mão-de-obra nos assentamentos, e os camponeses ante à exploração de sua força de trabalho e da despossessão dos meios de produção pelo capital vão se distanciando das práticas camponesas. Como resultado (um deles), o camponês perde seu território da vida, valendo-se das lutas travadas no âmbito dos Movimentos Sociais (MST, MCP, Via Campesina, entre outros) e de todo um histórico de vida na terra para conseguirem, por meio do engajamento político, lutar por um pedaço de chão e, assim, viver e produzir com dignidade. (THOMAZ JUNIOR, 2013).

3.1 Elementos para pensar a agroecologia

Aqui, pretendemos esboçar alguns elementos que, dentre tantos outros, compõem o leque de discussão entorno da agroecologia. Essas discussões surgem a partir de nossas andanças pela área de pesquisa, construindo um ponto de vista sobre quais são os principais elementos que perpassam pela discussão da agroecologia no Pontal do Paranapanema.

3.1.1) Modernização da agricultura

A proposta de modernização da agricultura, chamada de “Revolução Verde”, surge como decorrência da disseminação de um pacote tecnológico, que primeiramente foi implementado na agropecuária dos Estados Unidos e em alguns países da Europa no período da virada do século XIX para o século XX, tendo como pano de fundo a mudança da matriz energética para o petróleo, a invenção dos motores a diesel bem como os avanços nas diversas áreas do conhecimento científico (com destaque para a química, física e biologia), e tendo como preceito o combate à fome que era uma realidade vivida na época (e ainda hoje). Esse processo de avanço científico refletiu no aumento significativo do uso de máquinas e implementos agrícolas e na utilização maciça de fertilizantes e produtos para o controle de pragas, doenças químicas, assim como melhoramento/modificação genética das plantas e animais.

Conforme Hespanhol (2010), sobre a modernização da agricultura:

A adoção de novas técnicas de produção resultou na forte elevação dos índices de produtividade e provocou o aumento da dependência da agropecuária em relação às indústrias produtoras de máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes químicos e biocidas, por um lado, e às agroindústrias por outro (HESPANHOL, 2010, p. 584).

Ou seja, podemos notar que no cerne deste chamado desenvolvimento na agricultura com a mudança significativa das formas e instrumentos de trabalho e produção está o fortalecimento dos grandes conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros, percebemos, pois, que as mudanças nas formas e técnicas de produzir está ligado ao fortalecimento das empresas produtoras de maquinários agrícolas, insumos químicos, e biotecnologia.

Por trás do “sucesso” alcançado pela mudança no cenário agrícola (aumento da produtividade) estão os prejuízos assumidos para o meio ambiente. É fato que a mudança genética dos seres vivos causa transtornos para a biodiversidade⁹. Além, disso, não há como afirmarmos que a Revolução Verde contribuiu para o combate à fome uma vez que, esta mudança esteve alicerçada na grande propriedade de terra e no monocultivo, ou seja, produção em grande escala e em pequena diversidade, pois segue os padrões internacionais e optam pelo cultivo de culturas que o mercado exige sendo que, não considera as reais demandas alimentares da população. Fica evidente também, que o problema com a fome não é gerado pela incapacidade de produzir alimentos, mas causado pela má distribuição da renda e da terra (HESPANHOL, 2010, p. 585).

Não obstante do cenário da produção, a modernização agrícola se desenvolve tendo também uma perspectiva ideológica que, primeiramente, atua no sentido de desqualificar os saberes-fazeres camponeses, outorgando à eles um caráter atrasado/arcaico. O momento de intensa modernização passa a esconder toda esta tradição, uma vez que propõe métodos que afasta o produtor de sua produção, acaba com a relação do agricultor com a terra e suas atividades:

No âmago do sinistro desenrolar desse modelo capitalista de desenvolvimento rural tanto as pessoas como a natureza se tornam mercadorias. E os povos laboriosos do campo – como a massa de camponeses, os ribeirinhos, os extrativistas, os quilombolas e os povos indígenas camponeizados – são mal vistos pelos empresários do agronegócio, não apenas porque diferentes dos capitalistas, mas, sobretudo, por considerarem como o centro das suas racionalidades e emoções a reprodução social da família e não o lucro; por serem persistentes e duradouros no seu modo distinto de produção, de extrativismo e de viver; por desfrutarem uma relação amorosa com a natureza (CARVALHO, 2013. p 1-2).

⁹ Cf. ALTIEIRI; NICHOLLS, (2000).

Com o surgimento destes novos processos, que vão tomando conta das pequenas áreas agricultáveis, os camponeses acabam se submetendo a estas novas formas pois, tem suas alternativas suprimidas. Como resultado disso, a cultura e a tradição camponesa passam a ser esquecidas pelos camponeses, e isso nos anima seguir propondo alternativas de produção agrícola pautada nos princípios da agroecologia.

Sobre o impacto da modernização agrícola para o campesinato, Primavesi (2012) diz:

Foi dito que o agricultor era burro, era ignorante e não entendia nada. O agricultor, no fim, acreditou e quando, hoje, a gente vai numa dada região e conversa com os agricultores, eles dizem que não vão poder fazer nada porque são analfabetos. E daí? Ler e escrever é um ofício como outro qualquer e ofício não faz com que a gente fique mais ou menos inteligente. Digo aos agricultores: a sua inteligência não está em ler e escrever, a sua inteligência está em ver o que você faz o observar e tratar o solo e a natureza conforme o que vocês estão vendo. Aí eles descobrem o mito fantástico! (PRIMAVESI, 2012, P. 10).

Vemos, portanto, que desta forma se desenvolve uma das faces dos impactos da modernização agrícola para o campesinato. Busca-se criar a ideia do camponês ignorante, atrasado e se apresenta o agronegócio como a forma de desenvolvimento mais eficiente, atual e que gera lucro. Logo, desconsidera-se a construção histórica de trabalho com a terra que é passada de geração para geração, feita sob bases de experimentação empírica e real, valorizando o que a dinâmica própria da natureza contribui para o desenvolvimento da agricultura, enquanto que, as novas tecnologias tentam (re)criar a natureza interferindo na sua dinâmica natural com a implementação de agentes químicos externos.

No Pontal do Paranapanema, como pudemos verificar no capítulo 2, desde 2005 o agrohidronegócio canavieiro vem se instalando com força nas terras do Pontal do Paranapanema. Uma das estratégias que o capital agroindustrial canavieiro tem usado no Pontal para deixar a ideia de modelo de desenvolvimento é captar a força de trabalho camponesa para as atividades das agroindústrias, seja no corte da cana, na colheita mecanizada, preparação aplicação de agrotóxicos ou outras. Desta forma, percebemos que a estratégia se volta para tirar o camponês do seu lote e suprimindo seu tempo de trabalho com a terra, sendo que as jornadas de trabalho nas atividades da cana são extensas. Além disso, oferece a oportunidade de “renda extra” com esse trabalho na cana, elementos esses que contribuem para a ilusão de que a vida no/do lote é inviável, impregando a ideia de que não é possível gerar renda.

Portanto, as imposições do capital sobre o campo além de desterritorializar e subordinar os camponeses, ainda os proletarizam, numa condição de precarizados nas relações de trabalho. Essas oportunidades de “renda extra” exprimem apenas a ideia de mais um fetiche que o capital emprega nos camponeses, a ideia de que o trabalho no campo é o único modo de “sobrevivência” no campo, negando que eles possuem a capacidade de se reproduzir socialmente na terra, mesmo diante das inúmeras dificuldades que enfrentam no cotidiano.

3.1.2) A problemática dos agrotóxicos e os impactos para o meio ambiente e para a saúde.

Outro elemento que nos propomos a refletir, no âmbito da agroecologia, é o uso dos agrotóxicos e seus reflexos na saúde ambiental e humana. Como uma das heranças do processo de modernização, os agrotóxicos surgem com o pretexto de facilitar a produção agrícola, uma vez que, eles são desenvolvidos para atuar como fertilizantes, maturadores, fungicidas, herbicidas etc.

Segundo Bombardi (2012), desde 2009, o Brasil vem liderando o ranking dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo, consumindo cerca de 1/5 de todo o agrotóxico consumido no mundo, e cada brasileiro consome, em média, cerca de 5,2 litros de agrotóxicos por ano.

Na última década, houve um aumento expressivo no consumo de agrotóxicos no mundo, sobretudo por conta de dois fatores principais: 1 - transformação do alimento em combustível, quando algumas das culturas que há séculos eram destinadas à alimentação humana tem sido usada para a produção de energia, como a cana, o milho e a soja, por exemplo; 2 – transformação de alguns destes produtos também em *commodities*, como é o caso da soja (BOMBARDI, 2012).

As poluições, as contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação dos agrotóxicos são os impactos mais relevantes na saúde humana e ambiental resultantes do processo produtivo do agronegócio (CARNEIRO, et al., 2012).

Sobre as formas como acontece a contaminação e intoxicação pelo uso de agrotóxicos:

As intoxicações agudas acontecem logo após exposições a concentrações significativas de agrotóxicos por um período curto tempo: quando o trabalhador(a) do agronegócio é obrigado, por exemplo, a entrar na plantação logo depois que aplicou o veneno, sem respeitar o período de re-entrada, ou quando ele mesmo aplicou com o trator; ou o camponês que prepara a calda tóxica e expurga com o pulverizador costal. Pode acontecer também nas comunidades vizinhas das fábricas de venenos ou das empresas do agronegócio,

especialmente quando usam pulverização aérea (por avião) (RIGOTTO, 2012, p.1).

Quanto aos riscos crônicos:

O câncer, que tanto nos preocupa e que cada dia aparece mais: ele pode se manifestar 5, 10 ou até 20 anos depois do início da exposição. Há diversos estudos epidemiológicos que provam certa relação entre alguns tipos de câncer e a exposição ocupacional ou ambiental a venenos. Para a leucemia mielóide, o linfoma não-Hodgkin, o mieloma múltiplo há fortes evidências de correlação (RIGOTTO, 2012, p. 2).

Não obstante aos problemas que os agrotóxicos podem causar aos trabalhadores que lidam com os produtos de forma direta há o risco que a população em geral sofre, quando consomem alimentos contaminados. E talvez pela forma lenta e silenciosa, muitas vezes imperceptível, da ação dos agrotóxicos na saúde humana as pessoas não se atentam para os riscos que lhes são causados.

Diante da situação catastrófica de uso indiscriminado do agrotóxico, desde 2011, algumas instituições, organizações, movimentos sociais, entidades públicas e privadas e pessoas da sociedade civil têm protagonizado a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida¹⁰ (**Figura 2**), com o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os usos exacerbados de agroquímicos na agricultura e os riscos que os agrotóxicos representam para a saúde e meio ambiente, e a partir disto tomar medidas para frear seu uso no Brasil.

Além disso, a Campanha luta contra o modelo de desenvolvimento agrário atual, baseado no agronegócio e por uma agricultura que considere a agroecologia como modelo de produção e vida, substituindo o uso de agrotóxicos e transgênicos. Assim vale descrever que as lutas da Campanha são:

- ✓ Exigir que o MDA e Banco Central proibam a utilização dos Créditos oriundos do PRONAF para a aquisição de agrotóxicos, incentivando a aquisição/utilização de insumos orgânicos e a produção de alimentos saudáveis;
- ✓ Exigir da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público;

¹⁰ Maiores informações: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/>>

- ✓ Exigir que os governos estaduais e assembleias legislativas proibam a pulverização aérea de agrotóxicos em seus estados;
- ✓ Exigir que o Ministério da Saúde organize um novo padrão de registro, notificação e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) dos casos de contaminações, seja no manuseio de agrotóxico, na contaminação por água, meio ambiente ou alimentos, orientando a todos profissionais de saúde para esses procedimentos;
- ✓ Que haja fiscalização para que se cumpra o código do consumidor e todos os produtos alimentícios tragam no rótulo se foi usado agrotóxico na produção, dando opção ao consumidor de optar por produtos saudáveis;
- ✓ Aumentar a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos, desde a fabricação na indústria química até a utilização na lavoura e o manuseio no transporte;
- ✓ Exigir que o Ministério Público Estadual e Federal, e organismos de fiscalização do meio ambiente, fiscalizem com maior rigor o uso de agrotóxicos e as contaminações decorrentes no meio ambiente, no lençol freático e nos cursos d'água.

Figura 2 – Cartaz da Campanha Contra o uso de Agrotóxicos



Fonte: Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, 2014.

Retornando para a realidade presente no Pontal do Paranapanema, veremos que o capital agroindustrial canavieiro tem se utilizado da pulverização aérea de agrotóxicos nas atividades da cana. Em nossos trabalhos de campo ouvimos relatos de casos de intoxicação dos trabalhadores que laboram com os ramos do preparo/aplicação dos

agrotóxicos. Embora isto esteja explícito nos relatos dos trabalhadores, existe uma distância muito grande em afirmar a contaminação por agrotóxicos, principalmente por conta de dois fatores. Primeiro, porque cientificamente o processo de comprovação de um caso de contaminação/intoxicação exige estudos muito apurados em laboratórios e, no nosso entorno, quase não encontramos pesquisadores e instituições que se comprometam com esta causa ou que tenham condições técnicas para este trabalho. O segundo fator, se deve ainda a subnotificação presente neste cenário, as entradas de ocorrências nos postos de saúde com sintomas de contaminação/intoxicação geralmente recebem outros diagnósticos, dificultando também o censo dos casos de agravos à saúde causados pelos agrotóxicos.

Lutar contra a utilização massiva de agrotóxicos nos processos produtivos significa enfrentar a hegemonia dos padrões de comércio e consumo de alimentos. Percebe-se que cada vez mais os alimentos são consumidos conforme a sua aparência/aspecto visível, e uma das promessas dos agroquímicos é padronizar as formas dos alimentos para atender às exigências da população. Além disso, existe uma preocupação muito grande em produzir um mesmo tipo de alimento em grandes quantidades e para isso o que estas empresas tem vislumbrado como solução é a utilização de agrotóxicos. Ou seja, pensar nas formas e técnicas de produção significa pensar nos padrões de consumo e nos costumes alimentares da população.

3.1.3) Soberania Alimentar e Segurança Alimentar

O conceito de Soberania Alimentar surge no âmbito das discussões promovidas pela Via Campesina a partir de 1996, momento no qual se discutia novas alternativas para a produção de alimentos. Este conceito expressa o direito de todos os povos e países de decidirem sobre políticas próprias de agricultura e alimentação, privilegiando a produção local e, assim, garantir o direito que as nações têm em desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva.

Por outro lado, o conceito de Segurança Alimentar, se volta para uma perspectiva de alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores de alimentos, cumprindo seu papel no jogo do mercado e não, necessariamente, para resolver o problema da fome (THOMAZ JUNIOR, 2006a).

Assim, a Soberania Alimentar cuida da autonomia que os sujeitos em suas especificidades e singularidades em cada território têm para produzir de acordo com

hábitos culturais e práticas tradicionais de agricultura e alimentação, tendo como base os sistemas alimentares constituídos na diversidade de combinações resultantes da heterogeneidade do quadro natural em relação ao processo histórico-social que os caracterizam, de forma a permitir a manutenção/restauração do poder de produzir/consumir o próprio alimento (informação verbal¹¹).

Já a Segurança Alimentar, se pauta no esfacelamento das práticas dos camponeses de diversidade culturas em consenso com a especificidade produtiva, preocupando-se com a demanda de alimentação em uma escala global, sem considerar, por exemplo, o abastecimento alimentar local fortalecendo o mercado e a comercialização como o lócus privilegiado da aproximação entre produtor e consumidor (VALÉRIO, 2011, p. 42).

Pensando então na contribuição da geografia para a discussão da Soberania Alimentar, veremos que esta deve ser entendida como:

[...] o conjunto de relações envolvidas na definição do alcance das forças de ligação resultantes da simbiose entre cidade e campo que configura e delimita a territorialidade da capacidade de abastecimento interno numa porção do espaço, o que permite identificar atores e setores envolvidos no processo de consolidação de um sistema territorial em que predomina o abastecimento alimentar interno, local, próximo às áreas de produção (VALÉRIO, 2011, p. 46)

Conforme Fernandes [s/d] quando falamos de Soberania Alimentar devemos ter em mente a divisão de poder para tomada de decisão sobre o que produzir, onde e as formas de se produzir. As nações perderam este poder a partir do momento em que o agronegócio cria aliança com o Estado e passa, então, a influenciar nas definições sobre a agricultura e a alimentação, determinando os projetos de desenvolvimento para o campo.

A presença do agronegócio no campo deixa os camponeses subalternos a estas políticas públicas, que no âmbito geral são criadas levando em conta o modelo de desenvolvimento apregoado por eles, de modo que o agronegócio se torne soberano no que se refere às políticas agrícolas. Além da democratização do controle das decisões, a Soberania Alimentar significa defender a produção local, o que choca com os interesses da produção agroexportadora. Fernandes (s/d) afirma ainda, que a soberania alimentar se contrapõe ao agronegócio pois, cuida da produção de alimentos sob a perspectiva da diversidade e quantidade, sendo assim, para produzir os alimentos é preciso terra, e o

¹¹ Informação retirada da aula do Mini-curso “Agronegócio, Campesinato e Soberania Alimentar”, oferecida por Leandro Nieves Ribeiro e Valmir José de Oliveira Valério, durante a XIV Semana de Geografia e IX Encontro de estudantes de licenciatura em Geografia FCT/UNESP, 2013.

agronegócio concentra terras para a produção de monoculturas, negando o direito à terra e o direito de se produzir na terra.

Quando voltamos os nossos olhares para a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar no Pontal do Paranapanema, vemos que o cenário destrutivo do agronegócio canavieiro está no centro desta análise.

Conforme Leal (2013):

Essas circunstâncias demonstram que o PAA está contribuindo em um 'horizonte' longínquo do que estamos entendendo de uma proposta de Soberania Alimentar disseminada pela Via Campesina desde 1996, momento em que se discutia passados trinta e seis anos após a chamada Revolução Verde, novas alternativas para a produção de alimentos num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas (LEAL, 2013, p. 78).

Apoiados pela discussão sobre as políticas públicas para os camponeses, que de forma geral não condizem com as reais necessidades e especificidades intrínsecas às realidades em que estão inseridos e sendo as únicas alternativas que eles têm para manter sua reprodução social, podemos entender que os camponeses no Pontal do Paranapanema estão inseridos em uma lógica permitida pelo cenário no qual as políticas públicas inserem os camponeses, que engessa os trabalhadores do campo às exigências impostas por estas políticas. A exemplo disso, citamos o PAA¹², que têm contribuído para a reprodução dos camponeses criando possibilidades para a comercialização, entretanto não têm assegurado condições para que estes trabalhadores possam empenhar-se em buscar alternativas para que o camponês se livrem da produção mercadológica. Afinal o trabalhador dedica seu trabalho para a produção em si, mas não tem o cuidado de mudar suas perspectivas, formas e técnicas de trabalho, como por exemplo, usar sementes crioulas, produzir de forma diversificada e produzir alimentos que estejam na agenda cultural e dentro dos hábitos alimentares das comunidades locais.

3.1.4) A questão das políticas públicas no Pontal do Paranapanema

Considerando o conceito definido por Rua (2009), políticas públicas se configuram como um dos resultados da atividade política, que compreende o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. A política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas e,

¹² Sobre o PAA, dedicaremos um momento específico para a discussão no próximo tópico, momento que abordaremos as políticas públicas.

embora uma política pública esteja pautada em uma decisão política, nem todas as decisões políticas chegam a constituir uma política pública de fato, então, baseia-se em uma decisão, mas não de uma política pública (RUA, 2009, p. 20).

Chamamos a atenção para a relação que existe, ou melhor, inexistente, entre políticas públicas e agroecologia, já que verificamos que não há como afirmar que no Brasil existam políticas públicas que contribuam para o fortalecimento da agroecologia.

Conforme Caporal e Petersen (2012, p. 66):

As iniciativas de políticas públicas que favoreçam uma transição agroecológica, até o momento, são pontuais e não respondem ao que poderíamos entender teoricamente como política pública, mas sim como fragmentos isolados de iniciativas incluídas em projetos e programas. Pelo menos é o que se pode deduzir de uma breve introdução aos conceitos de políticas públicas como veremos a seguir.

O que temos presenciado no Brasil, e impulsionado neste ano de 2014, quando comemoramos o ano da Agricultura Familiar, são ações que “engatinham” no sentido de (re)pensar a agricultura camponesa, especialmente quando o tema da agroecologia entre de vez na agenda de debates e lutas dos movimentos sociais, e há, portanto, uma pressão popular para que o Estado comece a enxergar mais de perto a agricultura camponesa.

Neste contexto, fazemos uma breve leitura do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). O PLANO surge em 2013, e se estenderá até 2015, como uma política pública implantada pelo Governo Federal, e criada com a finalidade de efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Ela é fruto da articulação entre órgãos públicos e movimentos sociais do campo e da floresta (**Quadro 3**). Os objetivos se voltam para articular e implantar programas e ações que levem à transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, criando a possibilidade da população ter melhorias na qualidade de vida através do consumo de alimentos saudáveis (Câmera Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, 2013).

Quadro 3 – Composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO

INSTITUIÇÃO	SIGLA
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	
Secretaria-Geral da Presidência da República	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento	Conab
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Incra

Ministério da Saúde	
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Anvisa
Ministério da Educação	MEC
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FNDE
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	MCTI
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	MDS
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar	Fetraf Brasil
Articulação Nacional de Agroecologia	ANA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MST
Associação Brasileira de Agroecologia	ABA
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Contag
Rede Ecovida de Agroecologia	Rede Ecovida
Articulação no Semiárido Brasileiro	ASA Brasil
Câmara Temática de Agricultura Orgânica	CTAO
Subcomissão Temática de Produção Orgânica	STPOrg
Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil	MMC
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA
Rede Cerrado	
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural	Asbraer
Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista	Abrabio
SUPLENTE	
Rede de Ater das ONGs da região Norte	
Agricultura Familiar e Agroecologia	AS-PTA
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária	Unicafes
Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social	FBSPG
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	MMTR-NE
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	MIQCB
Conselho Nacional de Populações Extrativistas	CNS
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Sebrae
Associação Brasileira de Orgânicos	Brasilbio

Fonte: Camera Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (2013)

Disponível em: <http://www.mda.gov.br/> (Acesso em: 28 de Out. 2014)

Org.: Rabello, 2014

Embora este Plano seja uma conquista dos movimentos sociais, que há muito tempo já vinham tentando inserir o debate entorno da agroecologia de forma efetiva no âmbito do Governo Federal. E que possui diretrizes que contribuem para o fortalecimento da agricultura de base agroecológica, dando destaque para o papel das mulheres e dos jovens nesta construção, há algumas controvérsias quanto às diretrizes deste Plano. A começar pelo nome do Plano que abrange a produção orgânica, e como discutimos no início deste capítulo, há uma diferenciação quanto aos conceitos de

produção agroecológica e produção orgânica, podemos dizer que o PLANAPO pode se converter em uma política que considere qualquer iniciativa de produção com bases orgânicas e não privilegie as produções de base agroecológicas em si.

Quando reparamos na distribuição dos recursos disponíveis no âmbito da PLANAPO, vemos que a maior fatia se destina ao fortalecimento do PRONAF, ou seja, eles empenham uma grande parte dos recursos em uma política engessada que obriga o camponês que a acessa, atender as suas diretrizes e cumprir as suas exigências, não dando à ele a flexibilidade necessária para o trabalho no campo.

Outra deficiência que enxergamos nesta política, é o fato de não aparecer dentro das suas diretrizes nenhum apontamento para o fortalecimento da Reforma Agrária que permita o acesso à terra e garanta o território que é a base para o trabalho do camponês, que será o sujeito responsável pela produção agroecológica, estamos, então, diante de um empasse pois, o Plano garante condições para produzir, mas não prevê terra para isso.

No Pontal, o que verificamos de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura camponesa são os programas de mercado institucional, principalmente o PAA. Segundo Leal (2013), o PAA chega como um importante instrumento de política pública, e contribui para a Segurança Alimentar, mas ainda apresenta deficiências e não pode ser considerada uma política já consolidada, pois, ainda são poucas as famílias beneficiadas e, nos assentamentos os recursos de toda ordem ainda não contemplam a demanda. Desta forma, embora haja algumas dificuldades e entraves, o programa está possibilitando que os camponeses/assentados do Pontal comercializem sua produção.

Sobre as deficiências da PAA no Pontal do Paranapanema nota-se que:

[...] o Programa não traz consigo um progresso técnico apropriado para a realidade territorial, não considera as diversidades culturais, os conflitos em todas as instâncias, não oferece recursos humanos que incentive a participação, que oriente, que de apoio administrativo e que contribua de forma efetiva para as estratégias de reprodução social nos assentamentos (LEAL, 2013, p. 77)

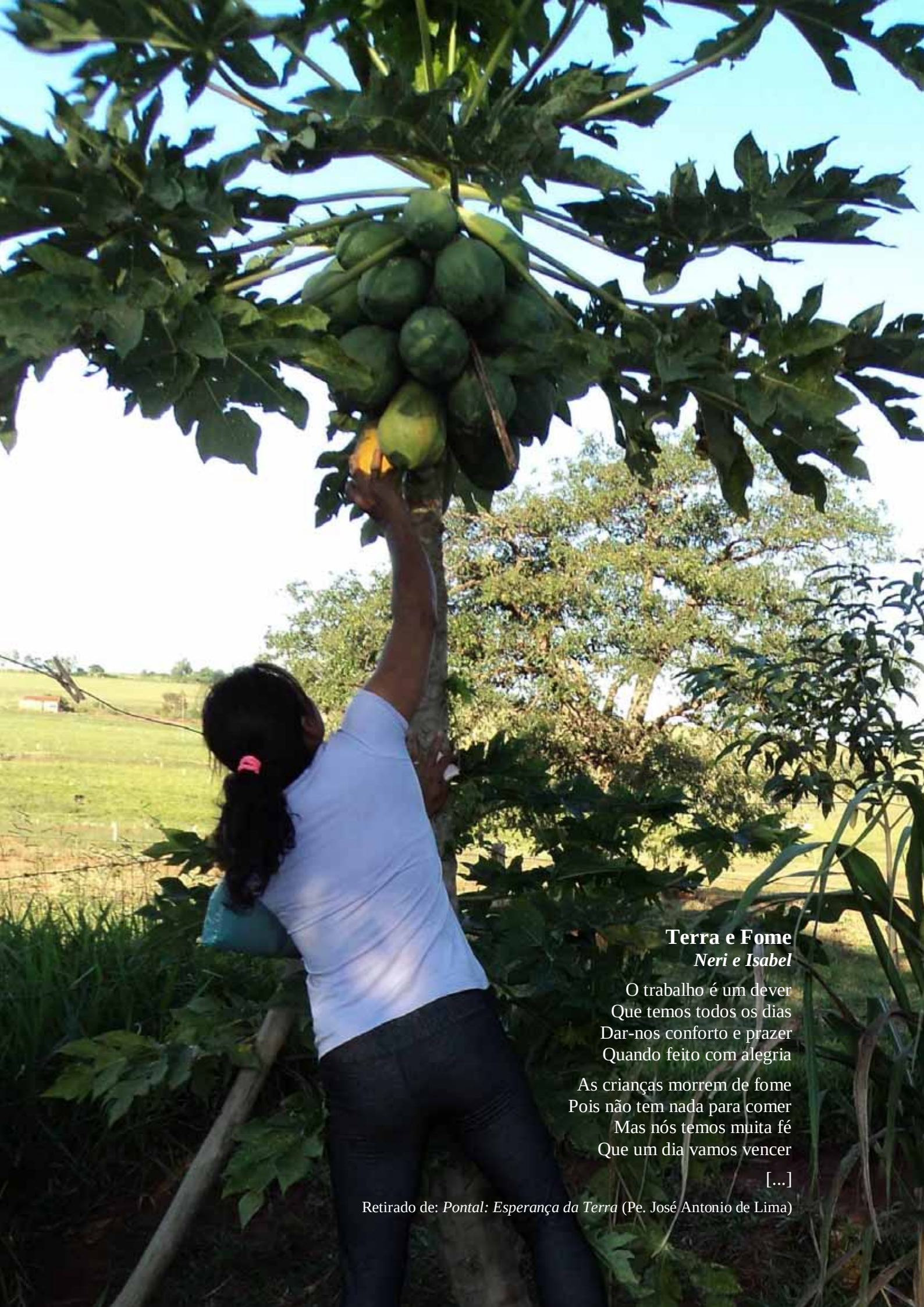
Ou seja, o programa ainda está longe de atender aos princípios da Soberania Alimentar adotados pela Via Campesina. O programa está formatado no sentido de criar condições para comercializar os alimentos, mas não para contribuir com as formas de cultivo e trabalho.

Esses elementos que ora são colocados para debate, se expressão de forma contundente no Pontal, onde percebemos que cada um deles tomam as formas dos sujeitos e conflitos deste território.

A modernização da agricultura, a problemática dos agrotóxicos, a discussão entorno da Soberania e Segurança Alimentar e as políticas públicas para o campo são apenas alguns dos elementos que perpassam pela discussão da agroecologia. É importante destacar que, como a agroecologia é também discutida sob a ótica da interdisciplinaridade, percebemos que muitas são as discussões que surgem a partir dela, tanto por um viés social, quanto por um viés político, ideológico ou mesmo ambiental, então, as diversas áreas de interesse da agroecologia apresentam um leque de possibilidades de análises sobre ela.

Podemos dizer, ainda, que o PAA ainda não contribui para a transição agroecológica, pois vemos que o programa, embora ofereça um acréscimo no valor do produto orgânico, não dá liberdade para que o trabalhador possa produzir com bases agroecológicas, isto porque, o Programa não considera a produção agroecológica como uma de suas diretrizes. Isso acontece principalmente porque em suas diretrizes o Programa não se preocupa em atender à uma produção agroecológica, cuidando apenas da produção de alimentos em quantidade e diversidade necessárias.

Verticalizando a discussão da agroecologia no âmbito do Pontal do Paranapanema, no próximo capítulo apresentamos algumas possibilidades que temos identificado enquanto práticas alternativas de produção que mesmo ainda incipientes estão possibilitando aos camponeses mudar suas práticas convencionais.



Terra e Fome
Neri e Isabel

O trabalho é um dever
Que temos todos os dias
Dar-nos conforto e prazer
Quando feito com alegria

As crianças morrem de fome
Pois não tem nada para comer
Mas nós temos muita fé
Que um dia vamos vencer

[...]

Retirado de: *Pontal: Esperança da Terra* (Pe. José Antonio de Lima)

CAPÍTULO 4

REPRODUÇÃO CAMPONESA, FORMAS DE RESISTÊNCIA E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

O objetivo desta seção é abordar a agroecologia no Pontal do Paranapanema no âmbito da conjuntura agrária, frente aos princípios da agroecologia, seus limites e perspectivas se materializam neste território, considerando as conflitualidade e disputas em que estão inseridos os camponeses.

Como base metodológica para a construção deste capítulo, temos a realização dos trabalhos de campo, bem como as entrevistas e os questionários aplicados. A realização dos trabalhos de campo além de nos possibilitar conhecer as realidades de vida e de trabalho nas quais esses sujeitos estão inseridos, nos ajudou a ter uma maior inserção na dinâmica cotidiana e o que auxiliou no sucesso do desenvolvimento das atividades, além de somar forças para pensar coletivamente nos problemas enfrentados atualmente por esses sujeitos.

A realidade agrária do Pontal do Paranapanema, discutida no Capítulo 2, nos mostrou o cenário de permanente disputa pelo território, protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro de um lado e os camponeses trabalhadores do campo organizados pelos movimentos sociais, de outro. Esta realidade nos chama a atenção para impulsionar as discussões aqui apresentadas, as quais tem como foco identificar as atividades agroecológicas no Pontal do Paranapanema/SP, em contraposição à alternativa do agrohidronegócio, em especial, à expansão do cultivo da cana-de-açúcar, visando compreender as tramas e conseqüências advindas de cada uma dessas possibilidades/realidades, a do agrohidronegócio e a da agroecologia em potencial.

Pretendemos analisar as diferentes formas combinadas de uso e exploração da terra as quais produzem novas territorialidades significando alterações substanciais no território e evidenciando novas formas (velhas funções) e velhas formas (novas funções) no rural brasileiro e paulista (no Pontal do Paranapanema em específico).

Apreender a dinâmica territorial a partir da identificação das experiências agroecológicas, revelará o conteúdo e a forma das novas relações de trabalho e a qualidade de vida nas áreas que estamos pesquisando, evidenciando a conformação societal a partir das relações sociais de produção e, sobretudo, das relações sociais de trabalho, a partir dos usos e das formas de apropriação/exploração da terra.

Tendo como proposta a discussão da imersão da agroecologia enquanto possibilidade para a reprodução do camponês, isso implica diretamente em se debruçar

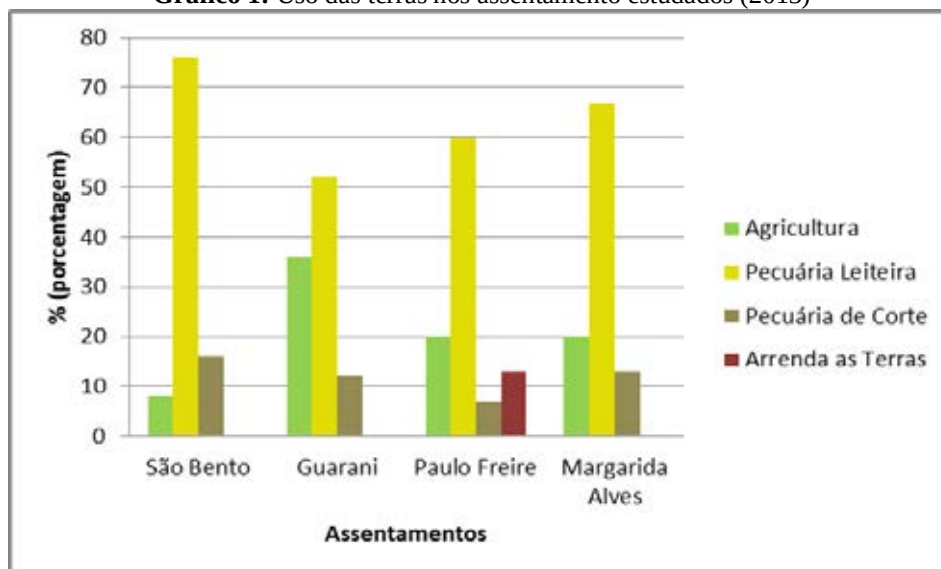
sobre diversos elementos e processos que se pautam na realidade de vida e trabalho deste sujeito. Sendo assim, propomos apresentar a agroecologia aos camponeses, fazendo-os olhar para o cenário em que estão inseridos, enxergando sua realidade de vida e trabalho, suas dificuldades, limitações e perspectivas.

As informações levantadas nos mostraram que nos Assentamentos estudados, o principal uso da terra é com a pecuária leiteira. Podemos atribuir esta característica a dois fatores principais. Primeiro, as principais linhas de crédito e financiamento para as famílias assentadas são direcionadas para a compra de gado e reforma de pasto. Segundo, porque os camponeses recebem a terra já com a herança da pecuária de corte/extensiva, das ex-fazendas griladas, que durante os anos de 1990 (período onde ocorreu a maior distribuição de terras no Pontal) era a principal atividade desenvolvida pelos latifundiários/grileiros. Além disso, em depoimento os assentados reclamam que as características da terra não são muito favoráveis para a agricultura, restando apenas a produção de leite como opção.

O **Gráfico 1** representa as formas de uso das terras nos assentamentos estudados. Nele, podemos perceber que a atividade que predomina é a pecuária leiteira. A agricultura aparece logo em seguida, e tende a crescer com as oportunidades que o PAA vem oferecendo no que tange à diversificação das atividades que podem ser desenvolvidas no lote.

Alguns assentados dedicam o trabalho na pecuária de corte, a chamada *compra e venda*, onde compram o gado (geralmente são bezerros) e ficam com ele até atingirem um peso maior e vender para fazendeiros pecuaristas para tirar o lucro. A pecuária de corte tende a diminuir pois, as fazendas estão passando por uma reestruturação nas atividades econômicas, deixando de trabalhar com pecuária para arrendar as terras para as agroindústrias canavieiras.

Outra forma de uso das terras é o arrendamento. Os assentados estão arrendando parte do lote (em alguns casos o lote inteiro) para outros assentados, neste caso os motivos são substancialmente dois: 1 – os arrendatários se dedicam apenas à produção de leite ou na pecuária de corte, e por terem uma quantidade grande de cabeças de gado acabam sendo obrigados a arrendar pastagens; e 2 – Os assentados estão passando por dificuldades com as pastagens (pastagem baixa, seca, reformadas) e acabam tendo que arrendar pastagens.

Gráfico 1: Uso das terras nos assentamento estudados (2013)

Fonte – Pesquisa de Campo (Edital 58/2010) Set. 2013.

Org. - Rabello, 2014.

Outro aspecto observado é que 14% dos entrevistados declararam exercer uma atividade fora do lote para complementar a renda familiar. Entre estas atividades observamos principalmente o trabalho nas agroindústrias da cana-de-açúcar e de professores que trabalham nas escolas do assentamento e/ou da sede do município.

Passando por essa discussão, não podemos deixar que nos ater ao que nos chama atenção Thomaz Junior (2006b):

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção (THOMAZ JUNIOR, 2006b, p.8).

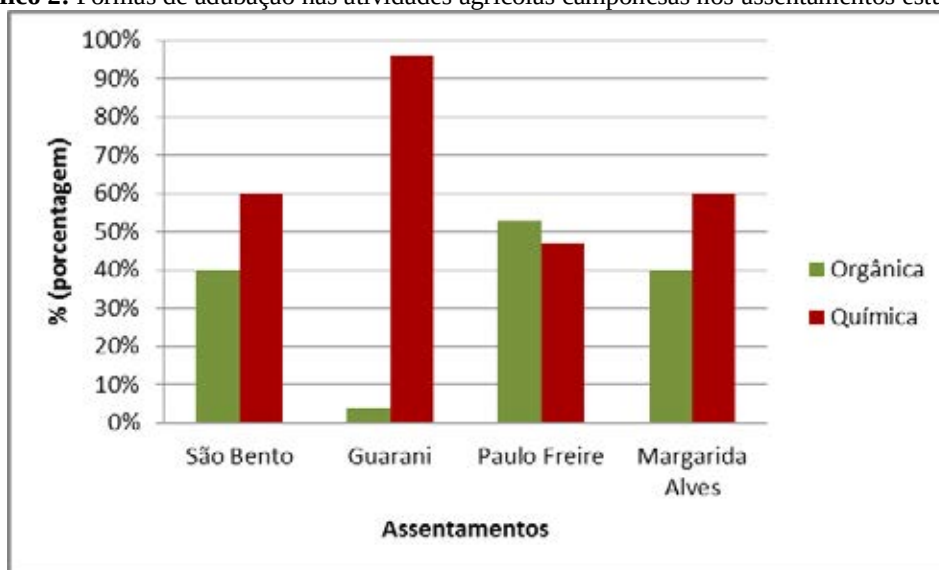
Entende-se que o camponês quando se vê obrigado a vender a sua mão-de-obra para o capital agroindustrial canavieiro ele não o faz por opção, mas o faz por sentir-se pressionado pela lógica do capital, que para cumprir esse viés da exploração suprime as possibilidades do camponês de se reproduzir em sua terra. Portanto, trata-se de tirá-lo da terra, ou tirar a possibilidade que ele tem de se reproduzir nela, para que no momento da ideologia dominante ele não tenha que se enxergar como o sujeito miserável, tendo que ser “aceito” por esta sociedade.

Essa discussão necessitará em estudos futuros de maiores aprofundamentos teóricos sobre a dinâmica territorial de classes e da classe trabalhadora, e da plasticidade do trabalho, mas que por enquanto não nos atentaremos a essa análise mais detalhada¹³.

Quanto à produção dos lotes, podemos salientar que algumas culturas se destacam entre as produções das famílias, como a mandioca, milho, feijão, hortaliças, abóbora e frutas. Aqui lembramos mais uma vez do PAA, que tem sido a forma de comercialização que os camponeses têm se apropriado para vender as produções nestes assentamentos.

Sobre as formas de produção, observamos que as famílias ainda estão utilizando das técnicas convencionais de trabalho e utilizam agroquímicos tanto para a adubação quanto para o controle de pragas (**Gráficos 2 e 3**). O fator preocupante com este cenário é que grande parte dos assentados que trabalham com insumos químicos o faz sem a orientação técnica e aplica ou manuseia esses produtos sem o uso devido de equipamentos de proteção. Alguns camponeses relatam que a única orientação técnica que recebem é durante a compra, nos estabelecimentos de comercialização destes produtos. Esta fato apenas exprime a realidade de que existe ainda, muita dificuldade para que haja um transição agroecológica de fato o que nos revela duas situações desafiadoras: de um lado, os assentados estão com dificuldades de se desligar das práticas convencionais de cultivo e, por outro, estão expostos aos riscos iminentes de contaminação ou intoxicação.

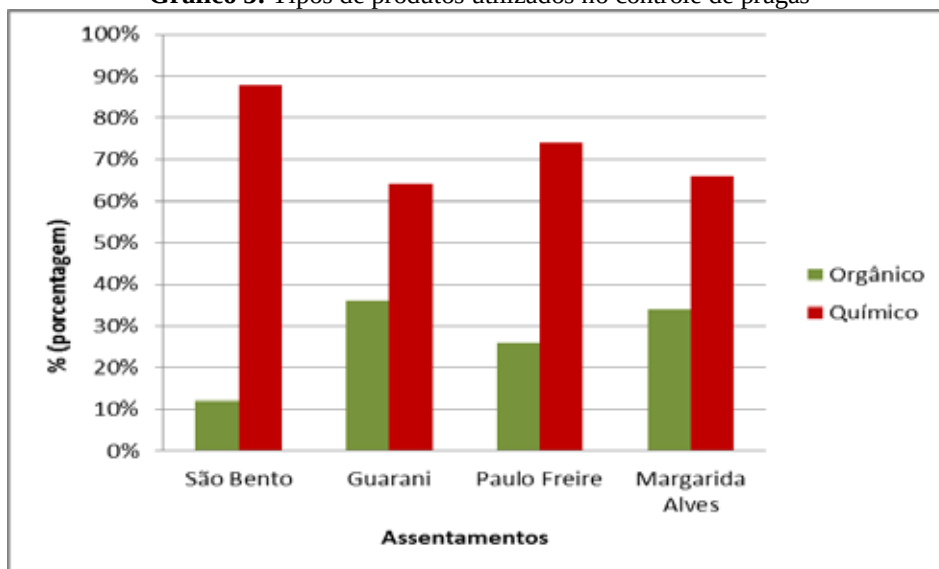
Gráfico 2: Formas de adubação nas atividades agrícolas camponesas nos assentamentos estudados



Fonte – Pesquisa de Campo (Edital 58/2010) Set. 2013

Org. – Rabello, 2013.

¹³ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2006b e 2009; ALVES, 2000; MESZÁROS, 2002.

Gráfico 3: Tipos de produtos utilizados no controle de pragas

Fonte: Pesquisa de Campo (Edital 58/2010) Set. 2013

Org.: Rabello, 2014.

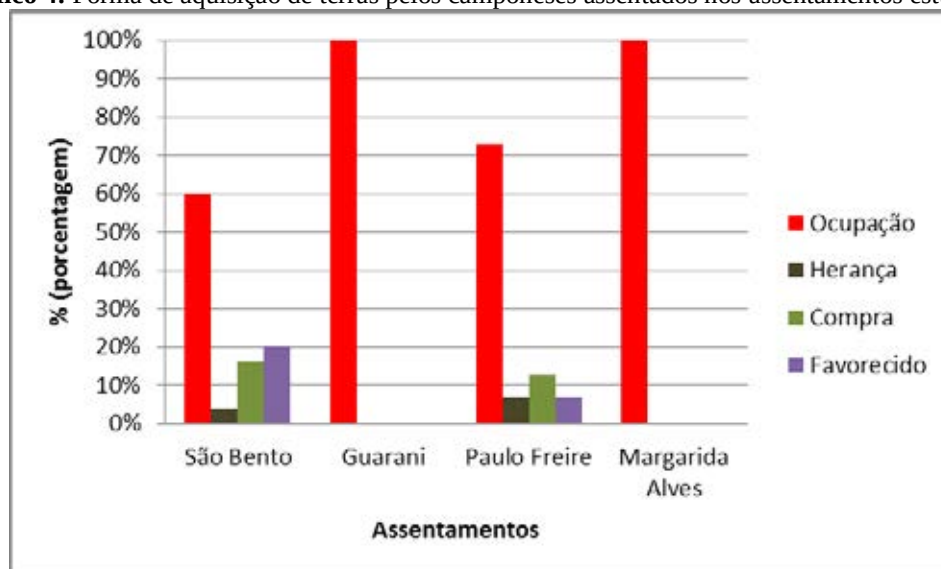
Quando questionados sobre os hábitos alimentares das famílias, logo percebemos que a maioria delas estão consumindo apenas as verduras, legumes, leite e, principalmente, a carne que produzem em seus próprios lotes, e o restante dos alimentos que compõe a mesa deles são adquiridos em supermercados da cidade ou dos vizinhos.

No **Gráfico 4**, mostramos a forma como os camponeses tiveram acesso à terra, foram encontradas quatro formas de aquisição: *ocupação*, que é a forma de luta pela terra promovida pelos movimentos sociais a fim de promover pressão sobre o governo para que aconteça a Reforma Agrária; *herança* corresponde às pessoas que herdaram o lote da família; a *compra* define aquela forma de aquisição onde o assentado não participou do processo de luta pela terra mas adquiriu através da compra; *favorecido* compreende a categoria dos assentados que antes de receberem o lote trabalhavam para os latifundiários nas terras e após o processo de Reforma Agrária receberam, também, um lote. Sobre estas formas de aquisição do lote, as famílias majoritariamente chegaram à terra por meio da ocupação. Destacamos aqui o papel dos movimentos sociais para a territorialização dos camponeses, principalmente o MST, que desde a década de 1990 quando chegou na região tem organizado os trabalhadores rurais sem terra entorno da luta pela terra.

A partir do momento em que estes trabalhadores começam a criar identidade de classe, fato que vai contribuir para a unicidade intrínseca ao surgimento e fortalecimento do movimento, eles vão se colocando contrários ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado e começam a questionar e levam como

proposta um novo modelo que nega o modelo de propriedade privada. E as ocupações não só vão se apresentar como a principal ferramenta de luta na Reforma Agrária, mas também de expressar o descontentamento com o modelo de desenvolvimento que deixa os trabalhadores rurais sem terra marginalizados (SOBREIRO FILHO, 2012).

Gráfico 4: Forma de aquisição de terras pelos camponeses assentados nos assentamentos estudados



Fonte – Pesquisa de Campo (Edital 58/2010) Set. 2013

Org. – Rabello, 2014

Sobre as iniciativas agroecológicas praticadas no Pontal do Paranapanema, destacamos duas: uma que se encontra em um cenário mais avançado de produção agroecológica, e outra que configura-se em um estágio de transição.

No assentamento Guarani, por exemplo, encontramos uma família composta por cinco pessoas (a mãe, duas filhas, um filho e um genro). Nesta propriedade as práticas agroecológicas se fazem presente em todo o processo de trabalho da família, tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades concernentes ao trato com os animais. Há nesta propriedade um Sistema Agroflorestal (SAF) onde se produz café, mandioca, feijão, milho e algumas espécies de frutas. Há uma horta com verduras, vegetais e alguns legumes. A comercialização da produção é feita na feira da cidade e através do PAA. A família ainda possui como fonte de renda a produção leiteira e a produção de colorífico (urucum). Parte das mudas de árvores que são plantadas na propriedade para compor o SAF são produzidas pela própria família na propriedade. Vale esclarecer que a agroecologia chegou até a família pela inserção que eles tinham junto ao MST, através do qual tomaram conhecimento do curso de Agroecologia oferecido pelo Colégio Técnico de Campinas (COTUCA – UNICAMP) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). A partir deste curso de formação em agroecologia eles começaram a praticá-la na propriedade. A família tem uma

propriedade que é tida como um modelo para os demais assentados, e ajudam a difundir as técnicas que utilizam orientando os demais companheiros (**Fotos 5 e 6**).

A família destaca:

No começo é difícil mesmo, porque as pessoas não acreditam muito, até na própria famílias a gente encontra dificuldade. Aqui mesmo, quando a gente chegou falando que gostaria de produtor dentro da agroecologia, dos princípios da agroecologia eles não aceitaram muito, porque ficaram com medo de não dar certo, e como o nosso sustento é através da agricultura o medo fica ainda maior. Mais aos poucos a gente foi produzindo algumas coisas sem veneno e foi vendo que realmente dava certo, até que chegou como está hoje, tudo agroecológico (H.R., 2013).

Assim, percebemos que a agroecologia não é uma solução pronta e rápida. A agroecologia é um processo de transição que nasce a partir do momento em que as famílias começam a enxergar a necessidade de mudança do modo de vida e de trabalho. Contudo a aceitação deste processo não é fácil e, segundo relato dos agricultores, leva muito tempo para que uma produção convencional se transforme em agroecológica. Tendo em vista que, a agroecologia cuida da totalidade, ou seja, não há produção parcialmente agroecológica, sendo assim, entendemos essas dinâmicas como um processo de transição, quando aos pouco a famílias mudam as técnicas de produzir.

A **Foto 5** mostra um SAF no assentamento Guarani. Um SAF se caracteriza por consorciar as agricultura com a arvores nativas, compondo uma floresta com diversas culturas alimentares plantadas dentro delas. Neste sistema a abudação é promovida pela própria floresta atraves do homus que produz a partir das folhas, galhos, flores e frutos. No caso do SAF ilustrado a floresta é composta por árvores nativas da região (Mata Atlântica) com o cultivo de feijão, milho, mandioca, batata, maracujá, manga, banana, urucum entre outros.

A **Foto 6** mostra a produção de café de uma família do assentamento Guarani cultivado no SAF. Esta família comercializa o café em grão e também em pó já processado, eles colhem, secam, torram e moem o café no próprio lote para vender no comércio local.

Foto 5: Sistema Agroflorestal (SAF) no assentamento Guarani



Autor: Rabello, 2012

Foto 6: Café produzido no Sistema Agroflorestal (SAF) no Assentamento Guarani



Autor: Rabello, 2012

O segundo exemplo que trazemos é um grupo de camponeses do Setor 3 do Assentamento São Bento que participaram de um curso de capacitação para a olericultura orgânica (**Fotos 7 e 8**), oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), esta é uma iniciativa de práticas alternativas de produção de verduras e legumes. Embora questionemos que o SENAR leve este tipo de iniciativa para os assentamentos, porque trata-se de uma empresa cujas bases são as tecnologias para o agronegócio, o curso de Olericultura Orgânica têm permitido essas famílias a produzirem hortaliças sem venenos, e isso tem chegado aos assentados de forma que os levam a (re)pensar suas práticas agrícolas. Nos relatos, fica explícito que a vontade é ter toda a produção agroecológica, sem usar veneno na produção, mas ainda lhes falta assistência técnica para dar suporte à esta transição.

Na **Foto 7** vemos a horta construída a partir do curso oferecido para os assentados onde eles aprendem fazer as mudas, organizar o espaço da horta e técnicas de plantio e manejo. Na **Foto 8** vemos o produto para adubo e controle de pragas feito a partir da urina de vaca, esta urina passa por um processo de fermentação durante 3 dias guardada em um recipiente plástico, para a aplicação ela é dissolvida com água (a proporção é de acordo com o uso/espécie) e pulverizada nas hortaliças.

Foto 7 – Horta Orgânica no Assentamento São Bento



Autor: Rabello, 2013

Foto 8 – Produto orgânico para controle de pragas



Autor: Rabello, 2013

No Assentamento Margarida Alves, outro exemplo, o que nos chama mais a atenção é o protagonismo das mulheres no âmbito da produção e organização dentro do assentamento. Nesta comunidade existem duas associações, sendo uma que organiza

parte dos trabalhadores para a comercialização junto ao PAA, e outra que além de organizar o acesso ao PAA trabalha com agroextrativismo, na produção de doces, compotas, licores e outros, e em ambas as associações são dirigidas por mulheres.

Em uma propriedade deste assentamento encontramos uma família que trabalha com uma horta orgânica (**Fotos 9 e 10**), onde cultivam alface, cheiro-verde, rúcula, almeirão, abóbora, berinjela, banana, maracujá, pimenta e algumas outras variedades. Porém uma dificuldade enfrentada por essa família, é que a mulher toma a frente das atividades com a horta, enquanto o homem trabalha nas atividades da cana-de-açúcar e é dirigente de uma das associações do assentamento, além de cuidar dos tramites burocráticos da assosiação e seus assossidados, tem que encontrar tempo para trabalhar no lote¹⁴.

Figura 9 – Plantação de berinjela orgânica no Assentamento Margarida Alves



Autor: Rabello, 2012

¹⁴ Cf. LEAL, 2013.

Figura 10 – Esterco bovino para adubação orgânica



Autor: Rabello, 2012

A **Foto 11** mostra outra iniciativa encontrada no assentamento Margarida Alves é protagonizada pela Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA), e pela Associação Girassol, que tem organizado as mulheres assentadas para trabalharem em uma horta coletiva, cujo objetivo é produzir alimentos para comercializar junto ao PAA. Outra atividade desenvolvida por estas mulheres é ilustrada pela **Foto 12**, além do trabalho na horta, as mulheres vinculadas à AAMA tem se empenhado na produção alimentos embutidos tais como: doces derivados do leite, doces derivados de polpa de frutas e licores. Estes produtos tem como base as frutas nativas produzidas no assentamento e também são extraídas de uma mata que existe dentro do assentamento, como por exemplo, maracujá, jaboticaba, mamão, goiaba, coco e outros.

Foto 11 – Horta Comunitária da AAMA Assentamento Margarida Alves



Autor: LEAL, 2013

Foto 12 – Doce de leite com morango produzido pelas mulheres da AAMA



Autor: LEAL, 2013

No Assentamento Paulo Freire, por outro lado, foi o que menos encontramos iniciativas no âmbito das atividades de resistência. Nele, encontramos uma iniciativa de construção de uma horta coletiva que estava sendo pensada para ser dirigida pelas mulheres do assentamento, entretanto, esta horta não era pensada para ser trabalhada com bases agroecológicas pois, os agricultores estavam utilizando veneno para controle de pragas (**Foto 13**). As famílias estão dedicadas à produção de leite (**Foto 14**).

Neste assentamento encontramos muitas pessoas que estão trabalhando nas agroindústrias canavieira da região. Isso nos mostra que o processo de transição agroecológica neste assentamento ainda está distante de um plano real, pois, percebemos também pelo relato dos assentados que não há perspectivas de mudanças no modo de vida e produção destas famílias.

Outro fator que nos chamou a atenção neste assentamento, e que o diferencia demais, foi a falta de organização enquanto comunidade entre os assentados. Em todas as nossas oficinas sempre tivemos grande dificuldade em trabalhar neste assentamento, porque não havia uma mobilização local que os encorajassem a manter uma união para lutar por melhorias. Em nossos trabalhos de campo ficou evidente que não havia articulação entre eles, e quase nunca comunicação para trabalharem unidos em busca de algo em comum para a comunidade, e esse era um dos fatores que prejudicava o trabalho na horta comunitária.

Foto 13 – Horta Coletiva no Assentamento Paulo Freire



Autor: Rabello, 2013

Foto 14 – Pecuária leiteira Assentamento Paulo Freire



Autor: Rabello (2012)

É importante salientar que a agroecologia também se apresenta como uma forma que contribui para o camponês atender as suas demandas emergenciais internas, pois com esta característica da diversificação de culturas, o camponês tem a complementaridade das formas de reprodução social dentro do lote, ou seja, ele pode explorar o máximo das suas potencialidades e usufruir de diversos artifícios que possui ao seu redor para gerar renda.

É importante destacar também o papel da coletividade dentro da comunidade para a construção da agroecologia. Nestes casos específicos, podemos enxergar que, por estarem inseridos em associações os camponeses podem alcançar certos níveis de

organização que os leva a fortalecer as relações culturais, bem como possibilitar maior força política para lutar por melhorias na comunidade.

4.1) Dificuldades para a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema

Alguns elementos estão sendo entraves para a transição agroecológica efetiva no Pontal do Paranapanema. É importante destacar que o nosso objetivo inicial proposto no projeto era diagnosticar as práticas agroecológicas em desenvolvimento na região, porém, no caminhar do trabalho verificamos a escassez destas práticas. Isso fez com que nos despertasse a preocupação do porque um território com significativo número de assentamentos rurais as suas iniciativas em práticas agroecológicas sejam tão incipientes.

A partir de então, organizamos nossa pesquisa para entender quais são as dificuldades para a transição. Essa mudança no foco da pesquisa nos fez rever as nossas metodologias e nossas leituras para adentrar ao novo caminho traçado pela pesquisa. Além de investigar quais as práticas agrícolas e as formas de trabalho destes sujeitos, começamos a investigar quais os conflitos e disputas que eles enfrentam nesta seara.

Para começar, eleamos o problema que hoje é o mais visível e que atinge mais incisivamente os camponeses em suas territorialidades, que é o ambiente institucional do agrohídronegócio canavieiro, que cria cenários catastróficos de exploração de trabalho e controle social.

Como já dito no Capítulo 2, sobre o avanço do agrohídronegócio canavieiro e seus impactos para os camponeses e para o trabalho, aqui nos reservaremos apenas em analisar qual a relação existente entre o avanço da cana-de-açúcar e agroecologia, partindo de exemplos locais e ilustrações reais para demonstrar essa relação conflituosa.

Como exemplo, podemos lembrar do assentamento Paulo Freire **(Foto 15)**. Neste caso, a família consegue ver a lavoura de cana pela janela de casa, tão próxima que está a lavoura do lote da família. Quanto ocorre a pulverização aérea de agrotóxicos na cana os assentamentos se queixam de dificuldades para respirar, por que o “*a ar fica pesado e fedido*”. Reclamam ainda, que no quintal não conseguem produzir nenhum tipo de cultura, porque qualquer coisa que eles tentam plantar “*não vinga*”.

Foto 15 – Divisa entre Assentamento Paulo Freire e lavoura de cana-de-açúcar



Autor: Rabello, 2012

A realidade monocultora da região nos liga a outro elemento chave para entender a conjuntura atual. O uso indiscriminado de agrotóxicos. Percebemos que as lavouras de cana plantadas pelas usinas estão avançando de tal forma que estão se aproximando cada vez mais aos assentamentos e aos núcleos urbanos. E esta é uma realidade nos quatro assentamentos que trabalhamos

A título de exemplo, e um dos casos mais alarmantes encontramos no assentamento Guarani, situado em Sandovalina, onde a lavoura avançou até o limite do assentamento fazendo divisa com o lote de um dos assentados, e se não fosse preocupante o bastante, há um campo de pouso do avião que faz a pulverização aérea dos agrotóxicos na lavoura de cana-de-açúcar localizado a cerca de 245 metros de distância do assentamento (**Foto 16**).

Ou seja, os assentados vivem com riscos iminentes de vida, uma vez que, estão expostos aos perigos e efeitos nocivos dos agrotóxicos que são prejudiciais à saúde. Além do risco de vida, os camponeses denunciam que no período em que ocorre a aplicação de agrotóxicos há muito prejuízo para as atividades no lote, como por exemplo, perda na produção de maracujá, mamão, feijão e hortaliças.

Foto 16 – Avião pulverizando agrotóxico na cana-de-açúcar em Sandovalina (2012)



Autor: Rabello, 2012

Não há como desvincular o avanço do agrohidronegócio canavieiro das dificuldades para uma produção de bases agroecológicas, isso porque o cenário de contaminação se expande cada vez mais sobre as áreas de assentamentos, como dito anteriormente, na forma de pulverização aérea, porém temos sabido que os agrotóxicos podem atingir outras escalas, como por exemplo, o lençol freático.

Outra dificuldade que temos encontrado nos assentamentos no que tange a transição agroecológica, é a descrença de que o camponês não tem condições de se reproduzir da terra pois, não pode superar as diversas dificuldades que lhe são impostas. Não somos inocentes em acreditar que isso parte do próprio camponês, mas temos certeza que isto é também, parte do processo de subalternização que o capital incide sobre o campo. Conforme Carvalho (2010, p. 1):

Os camponeses no Brasil, desde o seu surgimento no período colonial, sempre estiveram direta ou indiretamente subordinados a frações das classes dominantes no campo, seja do capital mercantil dos sesmeiros seja do capital agrário das empresas capitalistas na economia contemporânea.

Segundo o autor, na divisão social do trabalho que é historicamente determinada pela aliança entre os grandes proprietários de terras e o capital, o Estado vem participando de forma a criar condições econômicas, políticas e ideológicas para a implantação da grande lavoura e do agronegócio, bem como, oferecendo aos camponeses um destino medíocre/incerto na sociedade. Desta forma, expõe os camponeses à desagregação e desaparecimento. No mais, mantém os estímulos (privados e governamentais) para a reprodução social destas famílias, uma vez que, eles

ainda são funcionais aos interesses do capital agrário, sob a hegemonia do capital financeiro (CARVALHO, 2010).

Ainda sobre a condição de subalternização do camponês por parte do capitalismo agrário, MARTINS (1989, p. 105–106) diz:

O ponto essencial é que a condição subalterna do camponês já não aparece nessas interpretações como decorrência de uma desqualificação, pura e simples, em face da suposta superioridade e da eficácia histórica do próprio desenvolvimento econômico. Aí a subalternidade aparece na privação do conhecimento pleno das situações e do processo histórico por parte das populações camponesas. Manifestação de uma espécie de insuficiência cultural. Aqui caberia dizer que tal insuficiência não é resultado de uma incompetência, mas, antes, expressão da própria subalternização do camponês, componente da sua pobreza

Desta forma, percebemos que uma das estratégias do capital para subjugar o camponês aos seus ditames, não apenas privando-o do acesso às mercadorias e técnicas, mas também privando-o de ter conhecimento do próprio processo sobre o qual se desenvolve o capitalismo. Assim, (re)afirmamos o papel do resgate das culturas locais e saberes tradicionais que estes possuem, para reconhecer os processos que os tornam excluídos e marginalizados.

Superar a ideia que lhes é imposta das impossibilidades de manter a reprodução social dentro do lote e ainda continuar territorializado é uma dificuldade que os camponeses precisam superar para avançar na perspectiva da mudança de paradigmas nas formas de trabalho dentro no lote, pois, essa subalternidade chega apenas no plano ideológico procurando levar o camponês ao convencimento, porém no plano real percebemos que as possibilidades existem (embora suprimidas).

Temos percebido ainda que o outro elemento que influencia diretamente para o processo de transição agroecológica é a falta de assistência técnica capacitada e motivada para levar alguma alternativa de produção para os camponeses:

Os assentados não têm acesso as informações de como ter acesso as linhas de financiamentos, aos programas e os créditos. As oficinas, estão fazendo o papel de assistência técnica, onde de direito deveriam ter através de alguns órgãos do governo, mas a gente fica abandonado nos lotes. A gente aprende muita coisa com as oficinas, é uma esperança pra tentar mudar o jeito de trabalhar, e também conhecer nossos direitos, através das informações que cada oficina realizada oferece com esses profissionais capacitados (M.D.F., maio, 2013).

O fragmento acima, retirado de uma das entrevistas realizadas, mostra que até mesmo as oficinas realizadas no âmbito do projeto deram maior contribuição do que as pessoas que deveriam estar cumprindo esta tarefa. Foi um consenso dos depoimentos

que diziam que “*não existe técnicos*”, “*técnico? Não sei nem quem é*”, “*Eles quase nunca vem aqui, e quando vem é com um monte de papel fazendo um monte de pergunta e anotando*”(J.P.A., maio, 2013). Estas declarações nos preocupam pois nos mostram o descaso que existe por parte dos órgãos responsáveis por assistência técnica para com os camponeses.

Outrossim, quando estes técnicos aparecem para prestar alguma ajuda deixam claro que muitos deles não estão preparados para ajudar com a transição agroecológica. Em alguns depoimentos os camponeses relatam: “*Esses dias um técnico veio aqui e até trouxe um veneno pra mosca do gado*”, ou então “*ah! Eles não falam de nenhuma coisa para trabalhar com orgânico, sempre que tem algum problema eles falam o nome de um monte de remédio, de veneno, mas dos orgânicos eles não falam não*” (J.P.A., maio, 2013).

Ainda para contribuir com o debate sobre alguns elementos que se apresentam como empecilhos para a transição agroecológica no Pontal, temos o fato dos jovens estarem saindo dos assentamentos.

Percebemos que a saída dos jovens do campo e a busca por melhores condições de vida é um fenômeno que a cada ano tem se intensificado, e tem sido pauta sempre presente na agenda dos movimentos sociais (OLIVEIRA, RABELLO, FELICIANO, 2014).

Nossa preocupação está pautada no papel dos jovens para a construção da agroecologia, e numa via de mão dupla, temos percebido que a agroecologia tem contribuído para a permanência dos jovens no campo. A agroecologia é pensada também para considerar o protagonismo do jovem na construção desta processo, isso porque para pensar em uma mudança nas formas de trabalho e de vida, é necessário que haja ousadia, e isso é característico da fase de vida pela qual passam os jovens, pois é o momento em que estão pensando o novo e (re)descobrimo a vida e a sociedade, e na contramão deste estilo de vida, as pessoas mais idosas (especialmente as do campo) tendem a ser mais acomodadas com a maneira que vivem e a presença dos jovens os motivam a prosseguirem para uma possível mudança.

Do mesmo modo, a agroecologia pode contribuir para a permanência dos jovens no campo uma vez que, ao trabalhar a complementaridade de atividades explorando todas as possibilidades que o lote pode oferecer para contribuir com a reprodução da família, possibilita a complementação da renda que é um dos elementos que tem estimulado os jovens a deixarem o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as convenções acadêmicas, este seria o momento em que deveríamos nos esforçar para “concluir” o trabalho. Embora temos em mente que seja necessário colocar o ponto final no texto, não temos condições sociais e políticas de concordar que seja necessário chamar este momento de conclusão, como muitos o fazem, por isso optamos por identificá-lo como a finalização de mais uma etapa.

No cenário acadêmico o que temos presenciado é que o trabalho da pesquisa muitas vezes é um mecanismo que o pesquisador utiliza para cumprir uma agenda de trabalho e alcançar seus objetivos (seja um título, uma graduação ou levantamento de dados/informações). Esse fato, tem gerado muitos problemas, como por exemplo, quando chegamos no campo e os camponeses se queixam de que as pessoas da academia chegam, fazem algumas perguntas, anotam, e se vão, sem deixar claro nem o que estão fazendo ali. Isso constroi uma relação parecida com a que existe na natureza, quando um determinado parasita se hospeda em um organismo vivo para ter condições de sobrevivência (que nos desculpem os parasitas!), da mesma forma, muitas vezes é esta relação que existe entre pesquisador e o camponês. Todavia, preferimos não utilizar o termo “sujeito pesquisado” porque ele apenas endoa a ideia de hierarquia e distância entre ambos), no nosso caso, isso porque existe um contato temporário que ocorre durante a construção da pesquisa, mas todo esse processo não surte nenhum resultado para o camponês, não há nem mesmo a preocupação social e política com os problemas enfrentados por eles.

Assim, não nos arriscamos em dizer que esta pesquisa está concluída, pelo contrário, esse resultado que ora apresentamos servirá como subsídio para a partir daqui construirmos novas caminhas para ela.

Afirmamos ainda que essa pesquisa não está concluída porque isso exigiria de nós a afirmação de que o cenário social e político no Pontal do Paranapanema estivesse configurado de forma que os camponeses já não estivessem sendo oprimidos e subjulgados, e este é um horizonte ainda longínquo, que apenas podemos desenhar em nossa mente mas ainda distante da realidade vivida por nós.

Neste espaço que nos cabe a incumbência de colocar um ponto final no texto, vamos nos reportar às perspectivas que temos presenciado de uma possível mudança de paradigmas para a agricultura camponesa no Pontal.

Deixamos aqui apenas apontamentos para a construção das nossas próximas reflexões, baseadas no nosso vivência durante o processo que nos trouxe até aqui.

O conflito social/territorial no Pontal do Paranapanema esteve presente desde o processo de ocupação da região, onde percebemos que sua formação territorial foi diretamente proporcional aos interesses daqueles que detinham força política e poder econômico, e para que isso ocorresse não houve preocupação em subjugar os sujeitos, enquanto que o Estado se apresenta com um elemento inerte parecendo assistir a extinção de pessoas, a tomada de terras públicas e a exploração dos sujeitos. O conflito (re)surge assim como o controle da terra se renova.

Diante de um cenário de concentração de terras cada vez mais materializado, os trabalhadores se unem na tentativa de criar mecanismos de luta pela terra e começar a pressionar o estado no sentido da construção de uma Reforma Agrária. Neste momento, o conflito ainda é pintado com cor de sangue, porque a história de luta pela terra na região foi marcada pela truculências e repressão armada dos latifundiários, personificados na figura dos jagunços.

Caminhando para a retomada das terras da região, começam a surgir os primeiros assentamentos rurais, que são frutos de um processo de luta árduo e longo. Aqui, o conflito surge quando o Estado se empenha em distribuir terras apenas para barrar a pressão popular e não garante as condições mínimas para que o camponês possa se reproduzir na terra, isso porque as poucas políticas públicas são direcionadas, fazendo com que o camponês perca a flexibilidade para procurar novas alternativas para produzir.

Desde os anos de 1970 o Pontal tem assistido ao avanço do capital agroindustrial canavieiro sobre suas terras. Neste processo, o conflito tem se expressado na exploração do trabalho, levando os trabalhadores a jornadas extensas, trabalho com alto grau de periculosidade (como o de preparo de agrotóxicos) etc. Além disso, tem interferindo fortemente na dinâmica de trabalho dos camponeses quando se apropria da terra e dos recursos hídricos e pratica a pulverização aérea de agrotóxicos.

Enfim, a conjuntura agrária na região do Pontal do Paranapanema aponta para um cenário com duas faces, de um lado o agrohidronegócio impondo dificuldades para a reprodução dos camponeses e trabalhando no sentido de minimizar as possibilidades de trabalho destes sujeitos, e do outro lado o campesinato (re)criando suas possibilidades de reprodução mesmo diante dos reveses gerados pela presença do capital agroindustrial canavieiro. Estes dois convivem e se (re)criam em um território marcado pelo conflito entre estes dois, onde um apresenta um modelo de desenvolvimento pautado no concentracionismo e o outro nega a este modelo, tendo como base o trabalho familiar.

Nessa seara, tem surgido a agroecologia como possibilidade para os camponeses adotarem uma perspectiva de vida e de trabalho pautada no resgate dos modos de vida tradicionais, onde a família protagonizava o trabalho na/com a terra, considerando que a natureza tem sua própria dinâmica e, portanto, condições de se defender sem precisar da interferência de agentes externos.

Pensar as práticas agroecológicas significa considerar que os camponeses sempre tiveram uma história com a terra, ocupando-se da produção de alimentos em quantidade e variedade, fazendo frente à lógica de mercado. A biotecnologia que surge com a modernização da agricultura não conservará a biodiversidade, e ainda, não contribuirá para a luta contra a fome, posto que ela é motivada por questões econômicas e não por questões sociais, ambientais, muito menos políticas.

Propor um novo modelo de produção requer certo cuidado, levando em conta que cada produtor já desenvolve suas atividades agrícolas e para isso já desenvolveu suas práticas e técnicas. Estas atividades agrícolas são resultado de anos de práticas que perpassaram gerações inteiras, onde presenciamos um certo cuidado não apenas no que tange à produção para o sustento da família, mas também no sentido de preservar uma cultura que foi construída ao longo dos tempos.

Quando consideramos todas as dificuldades enfrentadas pelos camponeses no Pontal do Paranapanema, podemos afirmar que esta região se configura como um cenário que dificulta a transição agroecológica, e apresenta elementos que vem prejudicar a reprodução do campesinato e que tende a levá-los à adoção dos modelos de produção convencionais e das imposições do capital agroindustrial.

Um aspecto importante no âmbito da agroecologia é o incentivo à produção e o consumo de alimentos regionais, o que possibilita o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais, que foram roubados destes sujeitos quando o capital emprega o discurso do atrasado e arcaico. Isto significa que a agricultura de base camponesa é altamente viável e necessária, sendo que ela é a responsável por produzir alimentos, mesmo estando territorializada em uma quantidade reduzida de terras, quando tomamos a proporção de terras em o capital agroindustrial está territorializado. Isso nos leva a chamar a questão da Reforma Agrária novamente para o centro do debate, pois não existe agroecologia sem Reforma Agrária, ela é o modo pelo qual os camponeses (através da luta) se tornam territorializados, e é a partir da relação deste sujeito com o seu território que a agroecologia acontece.

Por fim, esses elementos todos nos levam a propôr a agroecologia enquanto uma forma socialmente justa para os trabalhadores do campo e ambientalmente mais

saudável para o campo. Ela engloba todos os adjetivos da essência do camponês territorializado na sua terra cumprindo a função social da terra. No Pontal do Paranapanema o agrohidronegócio canavieiro tem se colocado como o principal entrave para uma transição agroecológica efetiva. Frente à ele, os camponeses tem procurado novas formas de reprodução pautadas em alternativas que mesmo que estágio inicial, tem permitido que eles continuem acreditando que não são portadores de um futuro fadado ao fracasso e à miséria.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972. 339p.
- ALMEIDA, R. A. de. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara**. 1993. 74f. Monografia (Bacharelado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1993.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 117 p.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología, teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: PNUMA, ONU, 2000. 250 p.
- ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 368 p.
- ANTONIO, A. P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 433-438, 2010.
- _____. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos dirigidos pelo Estado: os exemplos na Alto Sorocabana no período 1960-1990**. 1990. 183f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- _____. **O processo de ocupação das terras no extremo sudoeste paulista: a colônia alemã no município de Presidente Venceslau – SP**. 1984, 280 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1984.
- BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.
- BOMBARDI, L. M. . Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.. In: MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil - 2012**. 1ªed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, v. 1, p. 75-86, 2012.
- _____. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, p. 1-21. 2011.
- Camera Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO. **Plano Nacional de Produção Agroecológica e Orgânica (PLANAPO) 2013 – 2015**. [s.d.] Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: Set, 2014.

CAPORAL, F. R.; PERTERSON, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, Murcia/Espanha, v. 6, p. 63-73, 2011.

CARNEIRO, F. Dossiê ABRASCO – **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Parte 2 - Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Augusto, L. G. S.; Carneiro, et. al. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, 2012.

CARVALHO, H. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>. Acesso em: Set, 2014.

_____. Na sombra de imaginação (3): o camponês e a superação de um ‘destino medíocre’. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>. Acesso em: Set, 2014.

_____. **Desafios para o Agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. Curitiba, 2007.

_____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005. 405p.

COBRA, A. N. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Typ. Hennes Irmãos, 1923.

CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escala de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, p 22-38, 2010.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta Pela Terra (Relatório 2013)**. Disponível em: <<http://www.ippri.unesp.br/>> Acesso em: 29 de Out. 2014.

DOURADO, J. A. L. Papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na Mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, p. 245-264, 2013.

FELICIANO, C. A. O conflito como elemento chave na construção de região do Pontal do Paranapanema. **Acta Geográfica**, Boa Vista, p. 167-186, 2013.

_____. **Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **Soberania alimentar como território**. Manuscrito não publicado, [s/d].

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo. n. 16, p. 39-70, 2001.

- HECHT, S. B. La Evolución del Pensamiento Agroecológico. In: ALTIERI, M. et al. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo, Editorial Nordan-Comunidad, 1999, p. 15-30.
- HESPANHOL, A. N. Da “Revolução Verde” ao desenvolvimento territorial. In: SPOSITO, E. S.; SANT’ANNA NETO, J. L. **Uma geografia em movimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 583-597.
- LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Ponal do Paranapanema – SP**. 2013. 98f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.
- LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998. 202p.
- MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, N. 12. p.57-67, 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>. Acesso: Set, 2014.
- MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989. 147p.
- MENDONÇA, M. R. Experiências agroecológicas no cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: MENDONÇA, M. R. (Org.) **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Gráfica Modelo. 2ª ed., 2012. p. 39-56.
- _____. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohídronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, v. 1, p. 189-202, 2010. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N34.pdf. Acesso em: Out, 2014.
- MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohídronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: Encontro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas, 1 e Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens, 2. Anais... Salvador, 2007.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec e Polis, 1984. 392p.
- OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. 372p.
- OLIVEIRA, L. B. de; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** (Online), v. 15. p. 136-150. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada>. Acesso em: Out, 2014.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Revista Geo UERJ**, ano 14, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso: Set, 2014.

PIGNATTI, W. et al. O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil. In: CANUTO, A. (Org.). **Conflitos do campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2012.

PRIMAVESI, A. M. **O solo: a base da vida em nosso globo**. Itai [s.d.] Disponível em <http://www.fca.unesp.br/#!/extensao/grupo-timbo/>. Acesso: Set, 2014.

_____. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, M. R. (Org.) **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Gráfica Modelo: 2ª ed., 2012, p. 39-56.

RABELLO, D. ; THOMAZ JÚNIOR, A. Havendo uma mesa com alimentos agroecológicos, há uma família camponesa territorializada no campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, João Pessoa, 2013, **Anais...** João Pessoa. CD – ROM. 2013.

RIGOTTO, R. M. Agrotóxicos – a saúde em jogo. **Agenda da Comissão Pastoral da Terra**, 2012.

_____. (Org.) **Agrotóxico, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Juagaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011, 612p.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 2009. 130p. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291087408.pdf. Acesso em: Set, 2014.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia**. Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001 Disponível em: <<http://mstemdados.org/biblioteca>> Acesso em: Out. 2014.

_____. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

_____. Origem, Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável. In: NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, p.19-32, 1997.

SICARD, T. E. L. Agroecología: Desafíos de una ciencia ambiental en construcción. **Agroecología**. Murcia/Espanha, v. 4, p.7-17, 2009.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013, 546 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, Ago, 2013.

_____. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Revista Geografia em Questão**, Marechal Candido Rondon, v. 05, n. 01, p. 83-114. 2012.

SOUZA, S. M. R. Discurso e dinâmica territorial do Agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editora Centelha, v. 6, 2011, p. 41-73.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia** (UFF), Niterói/RJ, v. 7, p. 92-99, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, v.2. 2013. p.325-340.

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12ª ed. São Paulo, p. 35-43, 2011.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, p. 307-329, 2011.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 2009. 997f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Revista Pegada**, v. 7, p. 103-122, 2006a.

_____. (Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). In: ALASRU VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural. Quito, 2006. **Anais...** Quito: Editora, 2006b, v. 1. p. 1-20.

VALÉRIO, V. J. de O. **Alimentar ou ser Alimentado? A expansão da agroindústria canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP**. 2011. 123f. Monografia (Bacharelado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2011.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

OBJETIVOS:

- Conhecer as condições de trabalho e vida dos assentados;
- Verificar se há propriedades com produções agrícolas dentro dos modelos agroecológicos desenvolvidas e/ou em desenvolvimento;
- Saber o nível de conhecimento dos agricultores para os impactos dos usos dos agrotóxicos para a saúde e para o meio ambiente.

ROTEIRO DE QUESTÕES:

Data ____/____/____

Questionário Número:

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Endereço/Comunidade: _____

Condição civil:

() casado(a)

() solteiro(a)

() viúvo(a)

() divorciado(a)

Município/Estado de origem (nascimento):

Município/Estado que morava antes de morar no Pontal:

Atividades laborais desenvolvidas anteriormente:

Condição de uso da terra

- () Proprietário
() Arrendatário/parceiro
() Posseiro
() Empregado rural
() Empregado na cidade
() Outra

(especificar): _____

Você trabalha atualmente em alguma atividade remunerada? () sim () não
Qual atividade?

Quantas horas semanais? _____

Qual o salário mensal? R\$ _____

Qual a faixa de renda mensal da sua família?

- () Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00)
() Mais de 1 até 3 salários mínimos (R\$ 678,00 até R\$ 2.034,00)
() Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.034,00 até R\$ 3.390,00)
() Mais de 5 salários mínimos (acima de R\$ 3.390,00)

A família possui outros imóveis além do que habita? (Lotes, sítios, fazendas, casas na praia, aptos, salas, barracões, etc. ou outros)? () sim () não
Especificar tipo

2. CARACTERIZAÇÃO DO LOTE:

Nome _____

Área total (hectares):

* 1 hectare = 10.000 m² ** 1 alqueire = 48.400 m²

- () até 5 ha
() 5 a 10 ha
() 10 a 20 ha
() Mais de 20 ha

De que forma adquiriu?

- () ocupação
() herança
() compra
() Outra (especificar): _____

Há quantos anos vive com a família no lote? _____

3- USO DAS TERRAS NO LOTE:

	Hectares	ou	Alqueires
Lavouras permanentes			
Lavouras temporárias			
Pecuária leiteira			
Área Construída (incluir granjas)			
Terras em descanso			
Área reflorestada e de vegetação nativa			
Pecuária de corte			
Outra			

Quais são as principais atividades no seu lote?

Faz horta: () sim () não

O que faz da água de uso doméstico (lava roupas, vasilhas, etc.)?

() joga no quintal

() joga na fossa

O que você pensa que deve ser feito para melhorar o meio-ambiente?

4- PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Com relação aos produtos - destacar o principal cultivo nos últimos (05) anos:

Produto	Área(há)	Produção(ton)	Destino(para quem)

Utiliza adubação:

() orgânica

() química

Possui máquinas na propriedade? () sim () não

As máquinas são alugadas para outros produtores? () sim () não

No caso da ocorrência de pragas e doenças utiliza que tipo de controle:

() Orgânico

() Químico

Você usa agrotóxicos? () sim () não

Se sim, teve a orientação técnica para aplicar o produto? () sim () não

Se sim, quais os nomes dos produtos:

Você, ou alguém que você conhece já sofreu algum tipo de contaminação?

() sim () não

Você usa os equipamentos de segurança? () sim () não

5 – QUESTÕES DE DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA

Você tem ligação com algum tipo de movimento social? () sim () não

Qual?_____

Você acha importante a reforma agrária? () sim () não

6- HÁBITOS ALIMENTARES:

Quais são os alimentos produzidos e consumidos no lote?

Quais os principais produtos alimentares adquiridos no mercado?

Sua família já fez financiamentos? () sim () não

Se sim, em que atividade? _____

Atualmente possui financiamentos? () sim () não

Qual a sua opinião sobre o financiamento? _____

8. INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA

Procedência da água para o consumo familiar

() poço (cisterna)

() rego d'água

() represa (carneiro e/ou bomba d'água)

() poço artesiano

Qual a qualidade do manancial que abastece a propriedade? _____

Há risco de contaminação? () sim () não

Já houve contaminação da água? () sim () não

Instalações sanitárias

() não possui

() apenas chuveiro

() privada e fossa

() privada sem fossa

() banheiro completo

() fossa para banheiro ou sanitários

() fossa para água da cozinha

9 – ESPAÇO PARA FAZER QUALQUER OBSERVAÇÃO E/OU SUGESTÃO

Você possui sugestão de curso/oficina que gostaria de fazer?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Camponeses

1. Conte um pouco sobre sua história com a militância e com o assentamento.
2. Quais as principais dificuldades vividas hoje pelos camponeses neste assentamento?
3. Existe assistência técnica aqui no assentamento?
4. Como funciona a organização social dentro do assentamento? Existem associações? Você é vinculado(a) a alguma? Os movimentos sociais atuam dentro deste assentamento? Você é vinculado a algum?
5. O que você entende por agroecologia/produção orgânica/agricultura alternativa?
6. Você pratica? Se sim, por que você acredita neste modelo?
Se não, por quê?
7. O que você está achando do PAA?
8. O que acha sobre as usinas estarem próximas aos assentamentos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Camponeses que participaram das oficinas

1. As oficinas contribuíram de alguma forma para você?
2. O que te levou a se animar para participar das oficinas?
3. O que você achou dos palestrantes que deram as disciplinas, eles conseguiram corresponder às expectativas?
4. Percebemos que muitos camponeses ainda não participam das oficinas, você poderia dizer o por que muitos ainda não mostraram interesse em participar?
5. Quanto ao formato, o fato das oficinas serem aqui no próprio assentamento facilitou ou prejudicou a realização?
6. Considerando que os temas abordados pelas oficinas surgiram de vocês mesmo, eles conseguiram corresponder as suas expectativas?
7. Diante das dificuldade, perspectivas e lutas que você enfrenta no assentamento/lote, quais outros temas de oficina você sugere para serem trabalhados em oficinas futuras?

Anexo 4 – Fotos das Oficinas realizadas durante o projeto

Oficina 1 – Agroecologia e Mercado Institucional



Fonte: Matheus Júnior, 2012

Oficina 2 – Manejo Agroecológico de Pastagens



Fonte: Rabello, 2012

Oficina 3 – Intoxicação e Contaminação através do uso de agroquímicos



Fonte: Rabello, 2012

Oficina 4 – Gestão de Cooperativas



Fonte: Leal, 2013

Oficina 5 – Experiências em Práticas Agroecológicas



Fonte: Rabello, 2013

Oficina 6 – Como conviver com práticas agroecológicas em uma ambiente não agroecológico?



Fonte: Leal, 2013